



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
DEPARTAMENTO MULTIDISCIPLINAR  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LUCAS GOMES LYRA SIQUEIRA

**ANÁLISE DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**AGROECOLÓGICAS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Volta Redonda

2021

LUCAS GOMES LYRA SIQUEIRA

**ANÁLISE DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
AGROECOLÓGICAS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Carlos Frederico Bom Kraemer

**VOLTA REDONDA**

**2021**

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

LUCAS GOMES LYRA SIQUEIRA

## **ANÁLISE DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS AGROECOLÓGICAS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Monografia aprovada pela Banca Examinadora do Curso de Administração Pública da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Volta Redonda, 10 de maio de 2021

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Carlos Frederico Bom Kraemer - Orientador

---

Arnaldo Provasi Lanzara

---

Luís Henrique Abegão

Dedico a minha mãe,  
minha maior referência.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como foco analisar os arranjos institucionais de políticas agroecológicas no âmbito municipal. Para isso foi feita uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica. Foram coletados relatos de experiência para análise das políticas no âmbito municipal. Na discussão teórica buscou-se explorar os múltiplos fatores que influenciaram os nossos sistemas agroalimentares, e compreender como eles se relacionam com a crise ambiental e social. Em seguida são apresentados os princípios e os processos institucionais que se formaram a partir das concepções agroecológicas. Também foi feita uma discussão sobre os arranjos institucionais na implementação de políticas públicas para guiar a construção da análise dos relatos. Os resultados são que os arranjos institucionais de políticas agroecológicas são configurados pelas dinâmicas territoriais; pela adesão a estas por órgãos municipais; pela existência de políticas a nível nacional e estadual; e pela participação da sociedade civil.

**Palavras-chave:** agroecologia; políticas públicas; arranjos institucionais

## **ABSTRACT**

This research focuses on the analysis of institutional arrangements for agroecological policies at municipal level. For this, a qualitative, descriptive and bibliographic research was carried out. Experience reports were collected for analysis of policies at the municipal level. The theoretical discussion sought to explore the factors that trigger our agrifood systems, and to understand how they relate to the environmental and social crisis. Then the principles and institutionalizations that were formed from the agroecological conceptions are processed. There was also a discussion about the institutional arrangements in the implementation of public policies to guide the construction of the analysis of the reports. The results are that the institutional arrangements for agroecological policies are shaped by territorial dynamics; for adherence to these by municipal bodies; the existence of policies at national and state level; and the participation of civil society.

**Keywords:** agroecology; public policies; institutional arrangements

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Políticas, Objetivos, Resultados e Inovações	<b>35</b>
Quadro 2: Organizações envolvidas e atores destacados	<b>47</b>
Quadro 3: Participação Social, Controle e Monitoramento, e Problemas	<b>51</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente  
MASA - Movimento Aprendizes da Sabedoria  
ASA - Articulação do Semiárido  
SASAC - Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural  
PMAIS - Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social  
PMAPO - Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica  
PROUARP - Programa de Agricultura Urbana e Periurbana  
CMDSS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
IA - Insegurança Alimentar  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
EBAA - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa  
PTA - Projeto Tecnologias Alternativas  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
SISOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica  
SPG - Sistema Participativo de Garantia  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
ABA - Associação Brasileira de Agroecologia  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
PANCS - plantas alimentícias não convencionais  
BMA - Banco Municipal de Alimentos  
CREI - Centro de Referência em Educação Infantil  
AAGRA - Associação de Agricultores Alternativos



CONDESB - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Brejo da Madre de Deus

CRAS - Centro de Referência e Assistência Social

EMJ - Escola Municipal de Jardinagem

PAVS/SMS - Programa Ambientes Verdes e Saudáveis / Secretaria Municipal de Saúde

FEMA - Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

INCRA - Instituto Nacional de Colonização Agrícola

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

SEDUC - Secretaria de Educação

GPOTE - Grupo de Produção Orgânica de Teresina

COMUSAN - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PMT - Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Teresina

SDR/PMT - Superintendência de Desenvolvimento Rural

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

FBB - Banco do Brasil

NAC - Núcleo de Atendimento ao Contribuinte

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

RUCA - Rede Capixaba de Agroecologia

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

AMLURB - Autoridade Municipal de Resíduos Urbanos

RAPPA - Rede de Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

AMIBRA - Associação dos Produtores Artesanais, Aquicultores e Indígenas de Itanhaém e Região

ACAM - Associação de Criadores de Abelhas Nativas do Amazonas

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

MPC - Movimento Popular Camponês

CMDRSS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável

CMDR - Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentáveis

STTR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

OCS - Organização de Controle Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 AGROECOLOGIA</b>	<b>18</b>
2.1 Condicionantes Históricos e culturais dos sistemas agrícolas	19
2.2 Fundamentos, institucionalização e redes	26
<b>3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>30</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>34</b>
<b>5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>37</b>
<b>6 CONCLUSÃO</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há décadas, diferentes pesquisadores e autoridades científicas internacionais afirmam que vivemos sob uma crise sócio-ambiental no mundo. Em 2020 os sintomas dessa crise se intensificaram com a eclosão da pandemia do coronavírus, e seus efeitos foram sentidos em todo o mundo. No Brasil as condições sociais, ambientais e econômicas pioraram desde que nossa normalidade democrática foi interrompida em 2016, a crise sanitária do coronavírus tem aprofundado essa piora generalizada.

Estudos mostram que a destruição acelerada dos *hábitats* naturais, proporcionando o contato de animais selvagens com populações humanas é um fator preponderante para a proliferação de novos patógenos. Existe uma alta correlação entre a incidência de áreas desmatadas, com a transmissão do ebola em zonas da África central e ocidental. Também foi verificado que os mosquitos com agentes patógenos são mais numerosos em áreas desmatadas. O que torna ainda mais propício surgimento de novas doenças é a forma que esses ambientes desmatados são substituídos pela criação de gado. Isso aproxima espécies que nunca teriam contato anteriormente, resultando na gênese de novos vírus (SHAH, 2020).

No Brasil, essa forma de se lidar com a natureza é recorrente em nossa história desde o período colonial, mas, recentemente, um agravamento da situação está em curso. Diversos fatores somados contribuem para esse agravamento. Pode se destacar o desmonte nos órgãos de fiscalização ambiental que é apoiado pelo próprio Ministro do Meio Ambiente que em suas próprias palavras diz que deveria “aproveitar a pandemia para “passar a boiada” (SHALDERS, 2020; ALESSI 2020). Destaca-se também a estratégia econômica adotada desde o período colonial de superávit da balança comercial através da exportação de commodities agrícolas, como também o controle da bancada ruralista sobre pautas de desenvolvimento rural e o financiamento de desmatamento por empresas estrangeiras.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que, em 2020, pelo menos 23% do bioma do Pantanal foi destruído pelo fogo (CÂMARA, 2020). O aumento da frequência desses crimes está intimamente ligado à expansão da produção da agropecuária e da monocultura de soja, praticadas em todo o território brasileiro, mas com maior intensidade no cerrado e na Amazônia. Estima-se

que aproximadamente 2% das propriedades rurais são responsáveis por 62% do desmatamento ilegal, e que 20% da soja e 17% da carne exportada para Europa sejam de origens ilegais (RAJÃO et al, 2020). A demanda internacional desses produtos vem de grandes empresas e redes atacadistas, como: a JBS, Cargill, Stop & Shop, Mcdonald's e Wal-Mart que tem parte de seus produtos advindos de áreas desmatadas ilegalmente (HUROWITZ et al, 2019).

Em paralelo a destruição do meio ambiente, o problema da fome voltou a crescer e o país está novamente no Mapa da Fome. A classe trabalhadora recebe um salário cada vez mais desvalorizado, que não supre nem as necessidades básicas de alimentação.

De 2004 a 2013 tivemos um período em que indicadores relativos à segurança alimentar e nutricional (SAN) das famílias gradativamente apresentaram melhoras. Ao passo que se melhoravam as condições de segurança alimentar e nutricional, os indicadores de insegurança alimentar (IA) lentamente se reduziam. O melhor desempenho alcançado na promoção de segurança alimentar ocorreu no período de 2013 com aproximadamente 77,4% dos domicílios apresentando condições regulares. Neste mesmo período, 22,6% dos domicílios apresentaram algum nível de insegurança alimentar. Porém, infelizmente, no período de 2017-2018 aconteceu uma piora destes indicadores. Apenas 63,3% dos domicílios apresentaram condições de regulares de SAN, enquanto 36,7% dos domicílios apresentaram algum nível de insegurança alimentar (IBGE, 2020). Desde 2018 - último período analisado -, o nível de desemprego e o valor dos alimentos no mercado aumentaram, indicando que esta situação pode estar piorando.

Um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 2021, estima que, com base no valor da cesta básica mais cara - que custa em média R\$ 654,15 em São Paulo -, o salário mínimo deveria ter o valor de R\$ 5.495,52 para que às necessidades básicas de uma família fossem supridas. Atualmente o valor do salário mínimo é R\$1.100,00, um valor 5 vezes menor que o estimado pelo Dieese. Na maioria das capitais analisadas na pesquisa a cesta básica custa mais da metade do salário mínimo. (DIEESE, 2021)

Em paralelo a elevação dos preços e a falta (ou diminuição) de alimentos na mesa das famílias brasileiras, é observada uma piora na qualidade dos alimentos que são disponibilizados à população. Desde 2016 há um constante aumento na

liberação de agrotóxicos no território nacional. No período de 2019, foram liberados 439 agrotóxicos, superando o recorde de 2018 de 422 novos agrotóxicos. Alguns destes produtos estão ligados à infertilidade humana e até mesmo à morte por intoxicação (SOBRINHO, 2019). No Programa de Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da Anvisa, foi indicado o uso indevido de agrotóxicos em 23% dos alimentos analisados entre 2017 e 2018. Em aproximadamente 0.9% dos alimentos, foram identificadas substâncias com potenciais “riscos agudos” em seu consumo (VIANNA, 2019).

Os problemas citados tem suas raízes ligadas a diferentes processos sócio-históricos que moldaram nossa forma de viver em sociedade, interagir com a natureza e produzir nossos alimentos. A busca pelo crescimento econômico, pautada em um modelo predatório e nocivo de produção alimentícia está intimamente ligada à crise ambiental que vivemos. E a crise ambiental é apenas um sintoma de uma grande crise da cultura ocidental e da modernidade (GRÜN, 2000).

São muitas as evidências dos impactos negativos relativos à configuração dos sistemas agroalimentares industriais e do nosso sistema de produção. Torna-se preponderante um modelo produtivo alternativo, menos nocivo à natureza e que alimente as pessoas com alimentos saudáveis. Inúmeras críticas aos modelos agroalimentares industriais e predatórios surgiram no mundo, tecendo um amplo movimento de contestação e de defesa dos povos tradicionais e do campo.

Nesse sentido, a agroecologia se destaca por estar em consonância com muitas dessas críticas e reivindicações. Tem em sua fundamentação críticas radicais aos complexos agroindustriais e novas proposições relativas à forma que nos relacionamos com a natureza e o território. A agroecologia fornece bases metodológicas e conceituais para o desenvolvimento de sistemas alimentares menos danosos no sentido social, ambiental e nutricional.

Segundo Petersen (2020) a agroecologia é construída a partir das sinergias conceituais da academia, da prática rural e de movimentos populares. Atualmente, é compreendida pelo conjunto de práticas sociais derivadas da agricultura familiar, camponesa, de povos originários e tradicionais, nas quais são desenvolvidas metodologias singulares de produção referenciadas pelas condições locais e naturais de reprodução e sustentação; também passa a ser considerada uma pauta política transversal relacionando-se com reivindicações identitárias que, no geral, defendem a autonomia de populações tidas como minorias e prezam por uma

coexistência mais saudável em sociedade, com respeito à natureza e a formas alternativas de autodeterminação.

O campo teórico da agroecologia foi construído a partir dos movimentos de crítica ao processo de modernização da agricultura, que surgem inicialmente nos anos 60 com a denominação de “agricultura alternativa”. Com o passar do tempo, diferentes movimentos e pautas passaram a se articular, formando o que conhecemos hoje como agroecologia, complexificando suas críticas em diferentes frentes. Assim, a teoria agroecológica ganhou legitimidade perante diferentes atores, como: comunidade científica, ambientalistas, agricultores familiares, movimentos sociais, povos indígenas e quilombolas, defensores dos direitos humanos, feministas e etc. (PAULINO E GOMES, 2020).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, é demonstrado que 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são classificados como agricultura familiar, sendo que ocupam 23% da área total de estabelecimentos agropecuários brasileiros, empregam 67% dos trabalhadores rurais e sua produção chega a 23% do valor total produzido (IBGE, 2019). Assim, pode se afirmar que, apesar dos estabelecimentos de agricultura familiar ocuparem uma área inferior do território brasileiro, são os principais empregadores rurais e produzem uma parcela considerável da produção total de alimentos.

Apesar da evidente importância da agricultura familiar no Brasil é denunciado por gestores, pesquisadores e organizações do campo que há um desmonte de políticas públicas essenciais para a agricultura familiar, como no caso das políticas de compras institucionais de alimentos e de políticas de apoio e crédito para a produção da agricultura familiar. Com a fusão do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2016 se observou o aumento da prioridade das reivindicações do agronegócio em detrimento de pautas da agricultura familiar e do campo (BRASIL DE FATO, 2020).

Contudo, diante das inúmeras críticas que os sistemas agroindustriais vêm sofrendo, uma nova dinâmica de consumo de alimentos orgânicos ou ecologicamente corretos passou a se estabelecer. Observando esse novo nicho de mercado, os conglomerados agroindustriais iniciaram um processo de apropriação de valores desses movimentos. Isso se evidencia na estratégia adotada por algumas redes atacadistas e de *fast food* ao adicionar produtos orgânicos, ecológicos ou produzidos localmente em suas cadeias de fornecimento (NIEDERLE, 2014).

Esse movimento de apropriação de valores, para que depois estes sejam enquadrados e vendidos como mercadoria é característico do *modus operandi* do Capitalismo Mundial Integrado, como descrito por Guattari (2001). Isso requer dos movimentos agroecológicos a afirmação de todas as suas outras bandeiras, que não se restringem apenas à alimentação de base orgânica. Nesse sentido, a defesa da autonomia; da autodeterminação dos povos; da valorização dos saberes tradicionais e culturais; e a defesa de pautas do campesinato como um todo se tornam chaves importantes para consolidação da agroecologia como um movimento de transformação amplo.

Atualmente, as ideias da agroecologia - juntamente com as preocupações relativas à crise ambiental e social - passaram a ganhar maior visibilidade, diversos novos atores passaram a se organizar em torno de suas pautas. Assim como descrito por Paulino e Gomes (2020), na construção da agroecologia diferentes atores sociais participaram com visões, contribuições teóricas e conhecimentos tradicionais. Em paralelo a sua construção, esses mesmos movimentos passaram a pautar políticas públicas, buscando o reconhecimento e a institucionalização da agroecologia no aparato estatal.

O desafio de reorientar os objetivos e prioridades do curso das ações humanas, criando possibilidades para a reprodução de “territórios existenciais”, onde os valores compartilhados sejam centrados no respeito às singularidades e à autonomia; é especialmente reiterada, aos atores que, de alguma forma, influem sobre as instâncias sócio psíquicas, direta ou indiretamente, tais como: professores, gestores públicos, psicólogos etc. Sendo assim, é necessária uma alteração do elemento narrativo contido na reprodução das instituições e da ciência e tecnologia, buscando visões holísticas e fundadas em valores virtuosos socialmente informados (GUATTARI, 2001).

Considerando a agroecologia uma importante ideia e ferramenta para cumprir tal desafio, essa pesquisa busca compreender como as políticas agroecológicas são estabelecidas nos municípios. E partindo da compreensão de que as políticas públicas são estabelecidas nos territórios por meio de arranjos institucionais que articulam o sistema participativo, o sistema representativo e os controles burocráticos, essa pesquisa busca responder a pergunta: Como são configurados os arranjos institucionais das políticas públicas agroecológicas na esfera municipal?



Essa problemática busca a compreensão de como as políticas públicas agroecológicas são implementadas e coordenadas no âmbito municipal, tendo em vista que o ambiente institucional pós redemocratização se complexificou com a entrada de novos atores no ambiente institucional (GOMIDE, PIRES, 2014).

Para responder o problema desta pesquisa, o objetivo da pesquisa foi analisar, sob a ótica dos arranjos institucionais, a configuração de políticas agroecológicas na esfera municipal. Para isso foi feita a análise de 20 relatos de experiência - obtidos no site [agroecologiaemrede.org.br](http://agroecologiaemrede.org.br) -, que descrevem a elaboração e execução de políticas agroecológicas em diferentes municípios do Brasil. Os objetivos específicos foram: **I-** compreender quais princípios guiam as ideias agroecológicas e as políticas públicas e práticas derivadas dela; **II-** analisar o papel das instituições públicas e da sociedade civil no processo de formulação e implementação de políticas públicas agroecológicas na esfera municipal; **III-** compreender se há existência efetiva da participação social no processo de formulação e controle das políticas, **IV-** e evidenciar problemas enfrentados.

A pesquisa foi dividida em 6 partes. A primeira parte é esta breve introdução a respeito da motivação da pesquisa, seus objetivos, além de apresentar o problema e as questões que nortearam o trabalho. Na segunda parte será apresentada uma discussão sobre o que é agroecologia; seus condicionantes históricos, seus princípios e seu processo de institucionalização. Na terceira parte apresentaremos a ótica dos arranjos institucionais na implementação das políticas públicas. Na quarta parte apresentaremos a metodologia que será utilizada na pesquisa e a forma que serão tratadas as informações obtidas, tanto na pesquisa bibliográfica como nos relatos de experiência. Na quinta parte será feita uma discussão a respeito dos resultados onde serão apresentados quadros sistematizando os dados coletados nos relatos. E por último será feita uma conclusão com uma breve descrição da pesquisa e dos principais resultados.

Aqui se supõe que as políticas agroecológicas - por envolverem diversos atores, em distintas realidades culturais e geográficas - apresentam necessidades, problemas e potencialidades distintas. Os arranjos institucionais formados serão determinantes para o direcionamento das políticas públicas. As características da construção histórica, cultural e econômica de cada município irão influir em suas políticas, assim como a existência de políticas estaduais, nacionais, como também a existência de atores que exercem um papel de liderança na condução das propostas

agroecológicas. As políticas agroecológicas, por abordarem setores variados da sociedade em diferentes linhas de ação, irão exigir a coordenação intersetorial de ações e programas, entre órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

## 2 AGROECOLOGIA

A Agroecologia como um campo interdisciplinar, com métodos sistematizados, é um fato recente da história. Esse termo surgiu na década de 1930 para designar conceitos advindos da interseção disciplinar entre a ecologia e a agronomia. Mas a partir dos anos 70 e 80 o termo passou a emergir como um quadro conceitual com um conjunto de ferramentas metodológicas combinadas, em estreita articulação com os saberes de agricultores e comunidades tradicionais localizadas em diferentes geografias, ecossistemas e culturas. Sua emergência como um campo de pesquisa foi possível através de uma estruturação de redes políticas e pelo engajamento profissional de ativistas incorporados em quadros governamentais, em organizações não governamentais e universidades (GLIESSMAN apud SCHIMITT, 2016).

A medida que diferentes atores passaram a se inserir no espectro de discussão da agroecologia, diversos métodos, teorias e reivindicações começaram a se integrar ao termo, como: métodos sustentáveis manejo do solo, feitos pela diversificação de culturas cultivadas, uso de matéria orgânica na adubação e erradicação do uso de agrotóxicos; preservação das sementes crioulas, plantas medicinais e da agrobiodiversidade; defesa da autonomia das comunidades tradicionais e camponesas e dos movimentos sociais do campo; críticas de ambientalistas aos impactos negativos decorrentes do processo de modernização da agricultura; e muitos outros conceitos e pautas derivadas de condições regionais (SCHIMITT, 2016).

O termo agroecologia passa a condensar diferentes significados ou conceitos simultaneamente. Ao mesmo tempo remete a uma disciplina científica, a um conjunto de práticas agrícolas e a um movimento político e social. O caráter abrangente do substantivo agroecologia passou a ser objeto de constantes debates e definições que refletem sua dinâmica plural. (SCHIMITT, 2016)

Buscando a compreensão dos problemas que as ideias agroecológicas se propõem a combater, será feita uma breve discussão histórica dos fatores condicionantes do sistema agrícola predominante na atualidade. Em seguida é discutida a institucionalização da agroecologia no Brasil.

## 2.1 Condicionantes históricos e culturais dos sistemas agrícolas

A forma predatória do nosso sistema de produção agrícola é um dos fatores determinantes para o agravamento da crise ecológica. A forma predatória de produzir e lidar com o meio ambiente não está apenas ligada a uma maneira específica que o agronegócio opera, mas está ligada a uma lógica enraizada em nosso modo de pensar ocidental.

Para muitos pesquisadores, como Mauro Grün (2000), a crise ecológica é um sintoma de uma crise da cultura ocidental. Na visão do autor, nossa cultura é fundamentada por um sistema de valores, que, do ponto de vista ambiental e civilizatório, é insustentável. Sendo uma das principais causas da destruição do meio ambiente, o fato de vivermos sob uma ética antropocêntrica, ética que parte do princípio que o Homem é o centro de todas as coisas. Os valores criados a partir dessa ética tem raízes no cristianismo, no humanismo e no pensamento de filósofos que influenciaram fortemente nossa forma de produzir conhecimento, como: Galileu, Descartes e Newton.

Desde o Renascimento no século XIV, ocorre uma grande valorização do indivíduo; nas produções artísticas passam a predominar biografias, autobiografias e auto retratos; os seres humanos passam a ser retratados como o centro do universo. As pinturas passam a ser ordenadas por cálculos matemáticos buscando sempre a representação perfeita do que o olho vê e os artistas buscavam projetar a realidade tridimensional no plano bidimensional por meio da perspectiva. A perspectiva torna-se um método que também revolucionou a produção científica e antecipa o *cogito* cartesiano (GRUN, 2000).

Outra característica que marca esse período é o início do paradigma mecanicista, que consiste no abandono de concepções orgânicas a favor de concepções mecânicas da natureza. Na concepção mecanicista a natureza tem seu funcionamento como o de um relógio, e passa a ser analisada como um ente sem vida e sem propósito. Isso pode ser observado no surgimento de uma nova ciência, promovida por Galileu. Seus estudos eram restritos ao estudo de características quantificáveis dos materiais, como formato, quantidade e movimento, enquanto as qualidades dos objetos eram deixadas de lado, evitando assim qualquer associação com os domínios da sensibilidade ( GRÜN, 2000).

Todo esse movimento de desmistificação da natureza e do homem gerou uma crise de legitimação. Essa crise de legitimação se sentia na política, na sociedade e na própria religião. René Descartes preenche o vazio deixado pela teologia medieval conferindo um novo centro de referência epistemológico baseado na unidade da razão humana. No problema metodológico de Descartes ao colocar a razão como ente uno e indivisível supõe que deve haver algo que não seja uno, esse algo é o mundo e a natureza que é divisível. Dessa forma, a razão justifica sua autonomia quando divide a natureza, o objeto. Essa via metodológica provocou uma forte cisão epistemológica entre o ser humano e a natureza; o exterior e interior; sujeito e objeto. Logo tudo que não é humano passa a ser um bloco de matéria sem significado passível de ser dominado e manipulado (GRÜN, 2000).

No século XIX, o ideário educacional passa por um processo de racionalização, pragmatização e individualização, ideários que objetificam a natureza. Nesse momento de transição para o capitalismo industrial há um crescente processo de divisão e especialização das práticas humanas que exigem necessidades de gerenciamento e categorização para uma melhor gestão e validação dessas práticas. Newton forneceu as estruturas conceituais para as unificar visões cartesianas nas produções científicas. Sua ciência mecanicista passa a ser a única forma legítima de se fazer ciência, pois em sua visão a objetificação da natureza garantia a objetividade do conhecimento (GRÜN, 2000).

Diversos outros processos vão cada vez mais objetificando a natureza na produção científica e na racionalidade moderna. Todas essas modificações vão reafirmar a noção de um sujeito autônomo fora da natureza, cujo universo funciona em função de sua vontade. Reforçando a ideia de uma suposta condição privilegiada do humano sobre outras formas de vida.

Para Marx (1971) apud Silva (1998) a história econômica das sociedades modernas pode ser explicada pela separação entre a cidade e o campo. O modo de produção industrial capitalista rompe com os laços que uniam a agricultura e a produção manufatureira; e abre espaço para uma nova síntese da agricultura com a indústria. Esse modelo acabou por concentrar conjuntos populacionais, criando grandes centros urbanos em torno da produção industrial; ao mesmo tempo em que se promovia um cercamento do campo e o afastamento das populações do domínio da terra e de seu próprio sustento. Esse espaço vazio deixado é substituído

sistematicamente por produções agrícolas voltadas à reprodução do próprio modelo capitalista voltados à sustentação desses grandes centros urbanos.

A criação do mercado interno está intimamente ligada ao avanço da divisão social do trabalho e ao avanço do modelo de produção capitalista industrial. Para o desenvolvimento do capitalismo não foi necessário um mercado interno pré-existente, pois os mesmos passaram a ser criados à medida que a própria produção capitalista promoveu a divisão social do trabalho. O aumento da demanda por bens de capital intermediários retroalimentou e permitiu a expansão da produção capitalista. Uma vez concluído o processo de consolidação da produção industrial voltada para a produção de bens intermediários e de capital, esse processo ocorre no contexto da produção agrícola. A produção no campo também passa pelo processo de divisão do trabalho e especialização produtiva. Esse processo promoveu uma proletarianização do camponês, uma vez que foi suprimida sua forma de lidar com a natureza (LENIN apud SILVA, 1998).

Antes do advento do capitalismo, o artesanato doméstico e a produção de bens e ferramentas ocorriam em paralelo com a produção agrícola; suas condições estavam atreladas aos limites impostos pelo território e recursos disponíveis. A produção doméstica era responsável por suprir as necessidades materiais das pessoas. Com o avanço do capitalismo, a produção dos bens passou a ser feita em condições fabricadas e controladas por processos mecânicos. Para que isso ocorresse foram necessários dois processos: o de destruição da economia natural, caracterizada pela harmonia da produção, homem e natureza; e criação de uma nova síntese, onde o ambiente natural passa a ser controlado e gerido como ramo do próprio setor industrial. Dessa forma, o ambiente natural se converte numa fábrica voltada à produção alimentícia, onde se passa a utilizar insumos químicos no controle da produção orientada pela demanda, tornando a produção desvinculada dos ciclos naturais de plantio e colheita. As condições para produção dos alimentos passam a ser criadas artificialmente através do uso intensivo de máquinas agrícolas, insumos químicos e defensivos. A expansão desse modelo de produção depende da adoção de pacotes tecnológicos caros, nesse sentido a expansão do crédito rural e a integração dos capitais à produção rural tiveram papel fundamental na consolidação desse modelo. A modernização da agricultura representa uma gradual subordinação da natureza ao capital financeiro (SILVA, 1998).

Essa mudança também foi verificada no Brasil com algumas características específicas. Até o final do século XIX, o trabalho escravo foi o fator mais preponderante para a produção no complexo rural, que tinha sua produção determinada pela demanda do comércio externo por produtos primários, a produção se organizava dentro das fazendas para suprir essa demanda. Mas dentro do complexo rural também eram produzidas outras culturas para alimentação interna e produzidos bens intermediários voltados para a própria produção, se produziam: equipamentos de trabalho, roupas, móveis e outros itens manufaturados. O mercado interno como conhecemos praticamente inexistia. O processo de desenvolvimento do mercado interno aconteceu no período entre 1850 e 1930. O fim do complexo rural começa em 1850, quando se proíbe o tráfico negreiro, se implanta a Lei de Terras no Brasil e mais tarde com a abolição da escravidão. A dinâmica do complexo rural passa por uma transição gradual (SILVA, 1998).

Em São Paulo se iniciou a dinâmica do complexo cafeeiro que consistia na produção agrícola de café por famílias de imigrantes. Nessa nova dinâmica o imigrante era um trabalhador assalariado temporário que produzia parte de sua subsistência na roça ao mesmo tempo que gerava excedentes para comercialização. Com o advento do complexo cafeeiro passou-se a criar uma demanda por bens primários e assim o mercado interno. Um ponto importante do complexo cafeeiro foi a demanda urbana gerada, uma vez que eram necessários meios comerciais para dar suporte a venda e produção do café, como a necessidade de máquinas, equipamentos e insumos envolvidos nas etapas de escoamento da produção. O desenvolvimento desses novos mecanismos foi em grande parte financiado pelos excedentes da venda do café. A criação do complexo cafeeiro, o paralelo aumento da divisão do social do trabalho e a geração de excedentes possibilitaram o processo de substituição de importações uma vez que a demanda interna passava a ser mais forte. A passagem de uma economia rural fechada assentada em bases naturais para uma economia aberta de mercado interno, foi iniciada pelas indústrias voltadas ao suprimentos de demandas da própria agricultura exportadora (SILVA, 1998).

O processo de substituição de importações - que ganhou maior força a partir de 1930 -, orientou claramente a economia no sentido da industrialização, o que veio se consolidar nos anos 1950 com o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos. A partir da consolidação do setor industrial, começa o processo de

industrialização da agricultura. Passa a se industrializar a produção de bens de capital e insumos básicos para a produção agrícola de larga escala, setor que antes era suprido por importações. Também ocorre uma complexificação do setor agrícola e uma diversificação dos produtos produzidos, com a finalidade de suprir o mercado interno já consolidado. Com essa complexificação passou-se a exigir do Estado um papel regulatório mais forte, com a finalidade de estabelecer parâmetros de funcionamento para os distintos ramos agrícolas, e arbitrar nas contradições que são características dos novos complexos agroindustriais (SILVA,1998).

Entre 1930 e 1950 a expansão do crescimento agrícola foi apoiada em grande parte pelo crescimento da área cultivada. Aproximadamente 70% do pessoal ocupado na produção agrícola eram de núcleos familiares locais e se usavam formas tradicionais de manejo. A partir de 1950 verifica-se um aumento expressivo da quantidade de maquinários agrícolas e insumos químicos. Tanto a forma de plantio e manejo do solo, como a escolha sobre o que se produzir, passaram a ser impostas por instâncias externas à unidade produtiva. A necessidade de se adotar pacotes tecnológicos para continuar com preço competitivo no mercado externo foi determinante para a formação da indústria de fertilizantes e máquinas agrícolas no Brasil. Já em 1960 é consolidado o complexo agroindustrial, sua orientação é voltada para integração vertical de capitais; e para o aumento da produção pela adoção de pacotes tecnológicos. A ampliação e concretização desse modelo foi proporcionada pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR (SILVA,1998).

Para Guilherme Delgado apud Silva(1998) são fatores preponderantes para a dinâmica do padrão agrícola atual: a consolidação integrada do complexo agroindustrial com capitais financeiros; mudanças na base técnicas de produção agrícola; intensa urbanização crescimento do emprego não agrícola; pressões sobre demanda de produtos agrícolas; crescimento e diversificação de produtos para o mercado interno e para exportações; e o Sistema Nacional de Crédito Rural e a política de Crédito Rural. Nesse sentido, o mercado de terras passa a ter importância crucial para aprovação do crédito e financiamento da produção. A conjunção de fatores ao complexo agroindustrial, como a conglomeração de mercados financeiros à agricultura e a transformação do mercado de terras, demonstra a preponderância do capital financeiro como novo organizador dos mercados rurais.



Na década de 60, se iniciou um forte debate teórico em torno da questão agrária no Brasil. Uma vertente defendia que os problemas existentes no meio rural poderiam ser solucionados com a distribuição fundiária. E uma vertente conservadora defendia o discurso da modernização agrícola. (RAMOS, 2007 apud RAMOS, KRAEMER, VILLELA, 2017) Mas foi a tese da modernização agrícola que foi escolhida para orientar as políticas agrícolas no regime militar. As medidas econômicas e políticas assumidas pelos governos militares, pautadas pelo processo de modernização da agricultura, aprofundaram as desigualdades sociais e privilegiaram as oligarquias rurais ligadas ao latifúndio (KAGEYAMA, 1990 apud RAMOS, KRAEMER, VILLELA, 2017).

Na década de 80, após a reabertura democrática, se estabeleceu um arranjo político em que projetos distintos de desenvolvimento rural aparentemente incompatíveis coexistiam, apesar de inúmeras divergências e conflitos. Neste arranjo político, ao mesmo tempo que as demandas do agronegócio e das elites agrárias eram atendidas, se conquistava direitos e políticas públicas para os movimentos do campo (RAMOS, KRAEMER, VILLELA, 2017).

A dívida externa, a constante pressão sobre a balança de pagamentos e a crise internacional de liquidez fizeram com que no governo Collor e Fernando Henrique Cardoso se apoiassem no papel estratégico das exportações agrícolas, sendo novamente deixado de lado às reivindicações dos movimentos do campo. A forma como se incorpora o setor agrícola como solução para o endividamento se reforça a concentração de terras e especulação fundiária (DELGADO, N., 2010 apud RAMOS, KRAEMER, VILLELA, 2017).

Com o advento dos governos petistas a lógica neoliberal e de concentração de terras não foi alterada. As políticas de incentivo e crédito que promovem a concentração fundiária continuaram as mesmas, também não houve comprometimento com o avanço da reforma agrária. Mas por outro lado lentamente foram consolidadas reivindicações dos movimentos sociais do campo, como por exemplo a aprovação da Lei da Agricultura Familiar. As diretrizes assumidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foram ampliadas, e políticas importantes para o desenvolvimento rural avançaram. Mas esse lento avanço dos movimentos sociais e do campo foi encerrado em 2016 com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário no governo do Michel Temer (DELGADO, G., 2005 apud RAMOS, KRAEMER, VILLELA, 2017).

Estes desmontes se intensificaram no início do governo Bolsonaro, em 2019, no qual diversas medidas implementadas passaram a indicar um maior afastamento do governo federal das causas dos movimentos sociais do campo. Logo no começo do governo Bolsonaro, o Decreto N° 9.784, de 2019, revogou importantes comissões de grupos de coordenação de políticas em curso como: o Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena; Comitê Gestor Nacional, Grupo Executivo e o Grupo Interministerial do Plano Brasil Sem Miséria; a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO; a Câmara Técnica e o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (BRASIL, 2019).

Segundo dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nos últimos oito anos a comercialização de produtos adquiridos pelo PAA apresentou uma queda de 95%. Em 2012 foram comercializadas 297 mil toneladas de alimentos, já em 2019 esse número despencou para 14 mil toneladas. Em relação ao orçamento destinado, o valor de 58,7 milhões de reais que foi repassado em 2012 caiu para 41,3 milhões em 2019, o valor mais baixo desde a criação da política. Em 2012, foram 128.804 famílias agricultoras atendidas pelo PRONAF, já em 2019 esse número caiu para 5.885 famílias (BRASIL DE FATO, 2020).

Com o início da pandemia a distribuição de alimentos pelo PNAE também foi prejudicada. A princípio foi definido que seriam distribuídos recursos monetários para as famílias com crianças matriculadas no ensino público, para que as famílias pudessem comprar alimentos, mas essa determinação foi vetada pelo Presidente Bolsonaro (G1, 2020). Sendo assim foi instituído que os alimentos deveriam ser distribuídos diretamente às famílias, entretanto não houve um protocolo nacional para que tal distribuição fosse feita de forma sistemática e clara.

Assim, se observa que, buscando se contrapor ao processo de objetificação do mundo natural e ao avanço dos complexos agroalimentares sobre os territórios, surgem movimentos que criticam tal modelo agroindustrial e lutam por alternativas para os povos do campo. Apesar de atualmente tais conquistas estarem ameaçadas, veremos a seguir como esses movimentos construíram suas críticas e

promoveram um processo de institucionalização de suas propostas no aparato estatal.

## 2.2 Princípios, institucionalização e redes

Com a finalidade de se aprimorar a compreensão a respeito dos instrumentos pelos quais o Estado pode influir na disseminação de práticas agroecológicas, faz-se necessário uma conceitualização a respeito da história e dos aspectos fundamentais da agroecologia no Brasil, como também a trajetória de sua institucionalização.

Para Moura (2017), a agroecologia compreende o campesinato e a agricultura familiar como partes basilares de sua práxis e teoria, sendo estes seu *público-alvo*; pode ser compreendida pela confluência da ecologia, agronomia, práticas tradicionais de cultivo e reivindicações históricas dos movimentos sociais do campo. Nela, o manejo agroalimentar ecológico realizado por povos tradicionais indígenas e camponeses é protagonista e reconhecido como parte fundante da fundamentação agroecológica. Dessa forma, não deve ser resumida como uma prática de agricultura orgânica; a agricultura orgânica pode ser explicada por um modelo de produção livre de insumos industriais e agrotóxicos, onde a adubação e o controle de pragas são feitos por meio de insumos orgânicos. A agroecologia tem a produção orgânica como um de seus fundamentos, mas também tem por característica a articulação de diferentes saberes populares, com a defesa da agrobiodiversidade e autonomia dos povos tradicionais.

O termo agroecologia existe desde 1930, mas ganhou importância a partir de 1960, momento histórico em que a agricultura passou por um forte processo de “modernização” e industrialização. Esse processo denominado por “Revolução Verde” elevou o nível de exploração dos recursos naturais e acentuou a degradação ecológica, cultural e social. Nesse período, as críticas ao processo de modernização da agricultura eram difundidas por intelectuais ligados à engenharia agrônoma e a outras áreas das ciências biológicas; essa conformação tornavam as Universidades lugares privilegiados para debate e articulação de estudantes, movimentos sociais e agricultores. Dessa forma, os movimentos estudantis tiveram protagonismo na construção do campo agroecológico, visto que posteriormente se integrariam em quadros profissionais de ONGs, movimentos sociais, acadêmicos e do aparato de Estado (PAULINO; GOMES, 2020).

Os congressos, encontros e debates ficaram mais frequentes a partir da década de 1980, após a abertura democrática, e, mais tarde, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse foi um importante momento em que fatores conjunturais propiciaram a ampliação da participação popular na inclusão de temas pertinentes à novos modelos de desenvolvimento rural na agenda, como: a reforma agrária, combate à fome, crédito rural para pequenos agricultores e modelos alternativos agroalimentares. Nesse período, os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (Ebaa) e o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) foram importantes lugares em que marcos teóricos e redes criadas reforçaram a agricultura alternativa no cenário acadêmico. A aprovação da Lei dos Agrotóxicos em 1989 representou uma das primeiras etapas para a regulamentação do uso de agrotóxicos e da agricultura orgânica. A partir desse período, foi intensificada a participação dos movimentos sociais e de agricultura orgânica na discussão da regulamentação do mercado de produtos orgânicos, que foi aprovada mais tarde em 1999. Nessa versão da regulamentação eram definidos procedimentos para a produção, processamento, distribuição e certificação dos produtos orgânicos; além de criar entidades responsáveis pela certificação e controle dos produtos (FREITAS E DIAS, 2012; DELGADO, 2010; LUZZI, 2007 apud MOURA, 2017).

A partir de 2003, com o início do governo petista, atores atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional (SAN) e da agroecologia, que até então eram em grande parte excluídos do processo participativo, passaram a ganhar espaço na implementação de políticas públicas. Duas importantes políticas desse período que contribuíram com o tema da SAN ao da Agroecologia foram: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); políticas que possibilitaram o aumento do escoamento de produtos derivados da agricultura familiar. Outro programa fundamental para a valorização da agricultura familiar foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que teve linhas de crédito específicas criadas para o fomento de atividades da agricultura familiar, agroecológicas e sustentáveis. A Lei Federal nº10.831 de 2003 que regula a agricultura orgânica representa outro passo importante, pois nela foi criado o selo oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISOrg) e o Sistema Participativo de Garantia (SPG); este último selo oficializa a possibilidade de agricultores familiares estabelecerem a certificação da qualidade de alimentos orgânicos por meio de arranjos participativos. Também

nesse período se destacam experiências voltadas para a ampliação e consolidação da educação ambiental e sustentável, como: a criação de mais de cem cursos com enfoque agroecológico nos níveis médios e superior de ensino; o lançamento de editais e bolsas de pesquisa direcionados a agroecologia pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA - Agroecologia) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o lançamento do Marco Referencial em Agroecologia (2006) pela Embrapa; e diversas outras iniciativas em níveis municipais, estaduais e nacionais (GRISA E SCHNEIDER, 2015; LUZZI, 2007; PADULA, 2013 apud MOURA, 2017).

O Decreto nº 7.7794, de 2012, instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), um dos principais marcos em nível nacional para agroecologia, sendo sua principal finalidade a de integrar políticas públicas em curso. Nesse decreto, foram instituídos dois órgãos responsáveis pela gestão do plano: a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que foi responsável pela interface do programa com a sociedade civil, e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), que foi responsável pela articulação entre as instituições federais (Brasil, 2012). A política teve um caráter intersetorial, tendo suas responsabilidades delegadas entre diversos ministérios e setores do Estado, buscando integrar e articular propostas já existentes anteriormente, com o intuito ampliar a capilaridade das políticas em curso. Para os membros que participaram da construção da PNAPO, os principais instrumentos para o fortalecimento da agroecologia por parte do governo são relativas: às compras públicas; aos circuitos curtos de comercialização; ao acesso a certificação; ao crédito e fomento financeiro; à assistência técnica rural; e ao fortalecimento das organizações (IPEA, 2017).

Em relação às compras públicas, o PAA e o PNAE foram destacados devido a sua possibilidade de proporcionar uma estabilidade e segurança no escoamento do plantio. Em relação aos circuitos curtos de comercialização, as feiras agroecológicas e venda de cestas orgânicas se destacaram por apresentarem formas de comercialização direta. O acesso à certificação orgânica é apontado como forma de agregar valor aos produtos; nesse caso, se destacam os SPG's, por proporcionarem maior autonomia na autodeterminação dos mercados territoriais. O fortalecimento da produção por meio de crédito também foi um dos instrumentos mais citados por

possibilitar meios de investimento para os agricultores, com a existência de algumas linhas de crédito específicas para modelos agroecológicos. Por fim, citam a assistência técnica rural (ATER) e o fortalecimento da agroecologia pelo apoio às organizações de produtores, cooperativas e associações (IPEA, 2017).

Frente ao contexto globalizado e neoliberal dos regimes agroalimentares corporativos, as redes territoriais de agroecologia, à medida que ganham autonomia e se distanciam das formas centralizadas de mercado, representam um modelo econômico que se opõe à racionalidade do capital (OSTROM, 2015; PAHKE, 2015 apud PETERSEN, 2020).

### **3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

.O contexto de implementação de políticas públicas no ambiente político institucional brasileiro se tornou mais complexo após a Constituição Federal de 1988, com a instituição de diversos mecanismos para envolvimento de atores sociais, políticos e econômicos na formulação e gestão de políticas públicas. Diversos instrumentos de controle, participação e transparência foram instituídos. Os três poderes, as instâncias participativas e os controles burocráticos fazem com que os gestores públicos tenham de se relacionar com diferentes entes administrativos e grupos sociais no processo de formulação e implementação de políticas públicas (GOMIDE, PIRES, 2014).

Essa complexa rede de instituições pode ser dividida em três grupos: o sistema representativo, o sistema participativo e os controles burocráticos. O sistema representativo é compreendido pela atuação parlamentar em conjunto com o poder Executivo nas três esferas federais: nacional, estadual e municipal. O sistema participativo engloba um conjunto distintas formas de participação da sociedade civil nas decisões políticas, como: conselhos gestores, conferências de políticas públicas, audiências e consultas públicas, ouvidorias e etc. Os sistemas de controles da burocracia correspondem aos mecanismos de accountability, que são: os controles internos e externos, o controle parlamentar, judicial e o Ministério Público (SÁ E SILVA; LOPEZ E PIRES, 2010; ARANTES ET AL, 2010 apud GOMIDE, PIRES, 2014).

Os arranjos institucionais não devem ser confundidos com os ambientes institucionais. Ambiente institucional são as regras gerais que fundamentam o funcionamento do sistema político, econômico e social; já o arranjo institucional é entendido como o conjunto de regras específicas que os atores estabelecem para si nas transações econômicas, relações políticas e sociais. O ambiente institucional fornece um aglomerado de parâmetros e regras onde são operados os arranjos institucionais. O ambiente e o arranjo institucional definem a forma de coordenação, delimitando quem está habilitado a participar de um determinado processo e objetivo, e às formas de relações entre os atores (GOMIDE, PIRES, 2014).

Gomide e Pires (2014) definem os arranjos institucionais como:

“o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica.” (GOMIDE, PIRES, 2014, p. 19-20)

No sistema político brasileiro diversos atores e interesses são coordenados e envolvidos na execução de uma política: burocracias de diferentes níveis de governo, parlamentares e partidos, sindicatos, associações empresariais, movimentos sociais. Em torno de cada política se arranjam organizações, mecanismos de coordenação, espaços de negociação e decisão, obrigações de transparência e controle. Dessa forma, a compreensão das políticas públicas passa pelo entendimento a respeito dos arranjos institucionais que as sustentam. Os arranjos institucionais que determinam a capacidade do Estado de implementar políticas públicas (GOMIDE, PIRES, 2014).

A análise dos arranjos institucionais evidencia variáveis centrais para compreensão da implementação de políticas públicas, como o papel dos atores envolvidos nas políticas e como eles influem nos processos decisórios; e como se apresentam os diferentes níveis de autonomia entre os entes subnacionais (LOTTA; FAVARETO, 2018).

Uma variável analítica a respeito dos arranjos institucionais, é a intersetorialidade da política, que diz respeito à articulação de diferentes setores para construir soluções coletivas para problemas sociais. A intersetorialidade é definida pela existência de integração entre diferentes programas, ações e políticas públicas ao redor de temas de interesse; e pela articulação estabelecida entre os distintos atores sociais que visam o enfrentamento de um problema público. Além da compreensão de como as políticas se concretizam intersetorialmente, é necessário entender se existe uma integração efetiva entre elas ou apenas uma justaposição de políticas, programas e ações. (GRAU, 2005; INOJOSA, 1998 apud LOTTA; FAVARETO, 2018).

Existem diferentes graus de materialização da intersetorialidade. Pode ocorrer no processo de formulação e planejamento da política pública, considerando a integração como tema central. Em outros casos ocorre por uma ação coordenada de diferentes setores do poder público e da sociedade, ou então, ocorre apenas no momento do monitoramento das ações e das políticas. A efetiva intersetorialidade de



um arranjo institucional ocorre quando ela é pensada do planejamento ao monitoramento da política (LOTTA; FAVARETO, 2018).

Ao se analisar os arranjos institucionais é importante considerar as relações federativas entre o Governo Federal, Estadual e o Municipal. A descentralização da execução das políticas públicas, proporcionada pela Constituição Federal de 88, não levou a uma efetiva autonomia dos entes subnacionais em relação às políticas públicas. No desenho institucional feito pela Constituição Federal, a União acabou por ter grande protagonismo legislativo, exercendo maior influência sobre adoção de políticas dos governos subnacionais. Assim, se estabelecem mecanismos institucionais que limitam a autonomia dos governos locais para tomarem decisões sobre suas atividades. Isso se comprova pela implementação de lógicas reguladas, atreladas ao repasse de recursos federais, proporcionando uma certa padronização nos programas e políticas (ARRETCHE apud LOTTA; FAVARETO, 2018).

A partir da ótica dos arranjos institucionais também deve-se considerar a dimensão territorial. As políticas nacionais dão origem a contextos de implementação distintos para cada município, o que sugere a importância de fatores locais e regionais para concretização do êxito de políticas. Para isso articulação intermunicipal tem demonstrado grande importância na superação das limitações dos municípios. No território são articuladas forças sociais plurais portadoras de interesses e capacidades para construção de projetos e políticas. Assim, se considera incorporada dimensão territorial nos arranjos institucionais quando existem instrumentos de planejamento e gestão entre diferentes níveis territoriais, com efetiva participação do poder público e da sociedade civil, juntamente com existência de espaços onde essas forças sociais façam parte dos mecanismos de planejamento e gestão (LOTTA; FAVARETO, 2018).

As capacidades estatais na implementação de políticas públicas são formadas por dois elementos de importância equivalentes: as capacidades técnico-administrativo e as capacidades políticas. As capacidades técnico-administrativas abrangem as competências das organizações - sejam elas governamentais ou não-governamentais -, na elaboração e execução de políticas; no cumprimento de metas e objetivos, por meio de recursos humanos e tecnológicos e assim produzindo retornos à sociedade. O elemento político é referente a habilidade dos representantes eleitos produzirem uma interlocução entre diferentes atores sociais e produzirem consenso. Apesar das capacidades

técnico-administrativas serem fundamentais para o fortalecimento de políticas públicas, as capacidades políticas são consideradas de igual importância, pois a partir da participação da sociedade se confere legitimidade à ação estatal. O conjunto de parâmetros que passaram a reger a ação estatal após a redemocratização, exigiram além de uma burocracia profissionalizada e meritocrática, capacidades políticas para coordenar e incluir múltiplos atores em torno de estratégias e objetivos. Assim, as regras, procedimentos e mecanismos instituídos pelos arranjos institucionais na implementação da política pública podem explicar os resultados de cada política (GOMIDE, PIRES, 2014).

A seguir o procedimento metodológico será descrito; posteriormente serão analisadas as políticas e programas à luz dos fatores elencados.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa objetiva analisar, a partir da ótica dos arranjos institucionais, a configuração de políticas agroecológicas nos municípios. Assim como, compreender como os fundamentos da agroecologia se relacionam com políticas públicas existentes, ou criadas sob essa ótica, e como (ou por quem) elas são fomentadas.

Para isso foi feita uma discussão a respeito da agroecologia e seus fundamentos; e uma discussão sobre arranjos institucionais na implementação de políticas públicas, com a finalidade de se construir um referencial teórico para a pesquisa. A partir dos relatos de experiência foram construídos quadros para uma análise comparativa, visando: ressaltar os padrões, semelhanças e especificidades dos arranjos institucionais formados no âmbito municipal; e para buscar entender a relação entre as ideias agroecológicas e os objetivos e direcionamentos das políticas públicas descritas.

Para isso aqui é usada a taxionomia proposta por Vergara (2003). Devido aos direcionamentos subjetivos e de difícil mensuração é uma pesquisa de caráter qualitativa. Em relação aos fins, a pesquisa será caracterizada como descritiva, pois busca descrever como são configurados os arranjos institucionais das políticas públicas agroecológicas no município. Em relação aos meios é uma pesquisa bibliográfica, pois serão usados livros, publicações, artigos, notícias, leis e normativas na construção teórica do argumento - assim como também os relatos de experiência.

Os relatos de experiência aqui analisados não foram feitos com o objetivo de responder as perguntas elencadas neste trabalho. Foram selecionados na área "Políticas Públicas e Fomento" do site [agroecologiaemrede.org.br](http://agroecologiaemrede.org.br), no dia 10 de fevereiro de 2021. O site da Agroecologia em Rede é gerido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz, e oferece uma base de dados em que são sistematizadas experiências e informações pertinentes para a construção do campo agroecológico. Lá os cadastrados compartilham suas experiências que abrangem os mais variados aspectos da agroecologia. As experiências aqui analisadas foram todas submetidas no site no mês de outubro de 2020 no site da Agroecologia em Rede.

Alguns dos links para os documentos que continham os relatos estavam com o download comprometido, sendo assim foram selecionados inicialmente 20 relatos

de experiência para análise. O relato de Cariacica no Espírito Santo, foi descartado por apresentar poucas informações para a sistematização aqui proposta, dessa forma, são analisados 19 relatos de experiência nesta pesquisa. Os municípios analisados por meio dos relatos são: Boa Vista do Ramos, Amazonas; Anchieta, Santa Catarina; Rebouças, Paraná; Quissamã, Rio de Janeiro; Poço Verde, Sergipe; Conde, Paraíba; Teresina, Piauí; Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo; Igaci, Alagoas; Vitória, Espírito Santo; Araraquara, São Paulo; Florianópolis, Santa Catarina; São José dos Pinhais, Paraná; Brejo da Madre de Deus, Pernambuco; São Paulo, São Paulo; Francisco Beltrão, Paraná; Tomé-Açu, Pará.

Para isso foram construídos três quadros - usados na discussão dos resultados-, onde são dispostas as informações contidas nos relatos de experiência, a partir das categorias construídas para a análise. Com os quadros pretende-se tornar mais claras o entendimento de como a atuação de dos diferentes sistemas, representativo, participativo e de controle da burocracia se interconectam na construção e na implementação dessas políticas públicas, ou seja, busca facilitar a compreensão de como são definidos o conjunto de regras e mecanismos que definem a forma particular de coordenação dos atores e interesses nas política públicas. No quadro 1 serão descritas as políticas e seus objetivos, os resultados e as inovações. No quadro 2 serão sistematizadas as organizações envolvidas, sejam elas públicas ou privadas, e atores políticos que exerceram protagonismo no processo de implementação. No quadro 3 serão sistematizadas as formas de participação social, as formas de controle e monitoramento e problemas advindos da execução das políticas.

A execução dessa pesquisa foi diretamente impactada pelas condições impostas pela pandemia do coronavírus. Inicialmente se pretendia fazer uma pesquisa de campo, com o enfoque na agroecologia em municípios do Sul Fluminense. Mas, devido às condições de circulação e transmissão do coronavírus, optou-se por realizar a pesquisa utilizando relatos de experiências obtidos no site [agroecologiaemrede.org.br](http://agroecologiaemrede.org.br).

Como os relatos não foram construídos a partir de perguntas pré-determinadas, a quantidade de informações e detalhes a respeito das políticas públicas variam muito entre si. Na análise das experiências, será levado em consideração que os narradores dos relatos são entusiastas de pautas agroecológicas e do campo. Assim, não será feita uma análise da efetividade das

políticas; a análise comparativa não terá como objetivo estabelecer níveis de excelência entre as políticas analisadas, mas visa a compreensão dos padrões, das semelhanças e especificidades dos arranjos institucionais formados em torno de políticas agroecológicas.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os relatos de experiência analisados, como já mencionado anteriormente, não foram elaborados com a finalidade de responder às problemáticas aqui elencadas. Neles são apresentadas políticas públicas com diferentes padrões de implementação. Alguns relatos apresentam políticas que já estão produzindo resultados, outras ainda estão em processo de implementação. Eles variam muito na quantidade de informações e detalhes, como: quais atores foram envolvidos, quais os vínculos entre as políticas e os órgãos competentes, como as informações relatadas foram obtidas e outros. Por exemplo, no caso do relato de experiência de São Paulo existe uma grande quantidade de políticas, programas e atores elencados, assim como suas devidas subordinações e regulamentações. Em outros casos a quantidade de informações é menor, como no relato de Cariacica. Mas na maioria dos casos pode-se analisar como ocorreram a formulação de políticas agroecológicas e como estas são institucionalizadas no município; assim como ocorrem as distintas articulações estabelecidas entre a sociedade civil e o aparato estatal.

Quadro 1. Políticas, Objetivos, Resultados e Inovações

<b>Município e Estado</b>	<b>Políticas e Objetivos</b>	<b>Resultados</b>	<b>Inovações</b>
Boa Vista do Ramos, Amazonas	<b>I-</b> Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel de Abelha Social sem Ferrão publicado na Portaria nº253 (Adaf) e <b>II-</b> Lei Municipal nº287 de 2019 - Cria a Coordenadoria Municipal de Meliponicultura e estabelece ações voltadas para área.	<b>I-</b> Possibilitou a certificação da produção do mel de abelhas sem ferrão e incluiu produtores no mercado formal possibilitando a obtenção do SIE; compra institucional de 650 kg de mel como item do PAA; <b>II-</b> implementação de cursos profissionalizantes de nível médio e técnico voltado para meliponicultores; inclusão dos produtores nos grupos atendidos pelo ATER estadual; inclusão mel de abelhas nativas no Programa de Regionalização da Merenda Escolar.	Segundo estado do Brasil a regulamentar a produção de mel de abelhas nativas; Inclusão do mel de abelha nativa com item da merenda escolar e do PAA

Anchieta, Santa Catarina	Lei Municipal nº 2.457 de 2019 - Dispõe sobre incentivos à sistemas de produção agroecológicos e orgânicos e sobre o uso, conservação e distribuição de sementes crioulas	Foram realizados os editais públicos para distribuição do kit de sementes crioulas; foi adquirido pela Secretaria de Agricultura um triturador de galhos, o material vai para compostagem e depois o substrato é distribuído aos agricultores - o material também é usado para produção de hortaliças nas escolas e nos canteiros da cidade; Em 2019 produtores certificados do município passaram a vender alimentos orgânicos para a base do exército de São Miguel do Oeste. Em 2019 ocorreu o XI Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia já com o apoio financeiro e logístico do município. O apoio financeiro e logístico também ocorreu nas feiras de sementes crioulas e na Festa das Sementes Crioulas.	Organização de um acervo sobre as sementes crioulas locais na Biblioteca Municipal; criação de um banco comunitário de sementes; edital público para distribuição de um kit de sementes crioulas entre agricultores; criação da Semana da Agroecologia, com atividades em escolas e centro de apoio a idosos; disponibilização de serviço de máquinas com subsídio de 20% sobre o preço da hora máquina aos projetos relacionados a produção orgânica e agroecológica; criação de metas anuais de inclusão de alimentos orgânicos na alimentação escolar;
Rebouças, Paraná	I- Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO) de Rebouças, dispõe sobre o apoio a políticas que favoreçam a transição agroecológica. II- A Lei Municipal nº1.401 de 2010 reconhece os ofícios tradicionais de benzedeiras, curandeiras, costureiras de rendiduras e machucaduras e também regulamenta o acesso à coleta de plantas medicinais nativas do município;	I- Devido a recente implantação, não foram apresentados resultados II- A Secretaria Municipal de Saúde de Rebouças emite um certificado e uma carteirinha para a benzedeira(o) detentora de um Ofício Tradicional de Saúde Popular. Essa ação proporcionou segurança para benzedeiras, curandeiras que antes tinham receio de denúncias de exercício ilegal da profissão.	II- As práticas tradicionais foram reconhecidas como importantes instrumentos terapêuticos complementares ao sistema de saúde municipal.

Quissamã, Rio de Janeiro	Coordenação para o cumprimento da Lei nº 13.987 de 2020 que autorizou a distribuição dos alimentos adquiridos pelo PNAE às famílias de estudantes de escolas públicas e educação básica devido a pandemia;	Manutenção da compra de alimentos da agricultura familiar e distribuição de alimentos para famílias de estudantes da rede pública.	Esclarecimento a respeito de novos processos que os fornecedores de alimentos do PNAE teriam de se atentar como pesagem e embalagem.
Poço Verde, Sergipe	Aquisição e distribuição de sementes crioulas por casas de sementes municipais e via PAA.	Foi construída uma metodologia de distribuição das sementes em conjunto com 3 casas de sementes do município. Anualmente são adquiridos e distribuídos 1000 quilos de milho crioulo.	O agricultor que recebe as sementes se compromete a devolvê-las no prazo de 1 ano com um acréscimo de 20% da quantidade inicial.
Conde, Paraíba	O Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) Flor de Maracujá fica dentro do Assentamento Dona Antônia tem por objetivo a redução na sobrecarga da jornada de trabalho para as famílias das comunidades rurais.	Creche Proinfância Tipo 2 proposto pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), composto por 5 salas de aula, áreas cobertas e descobertas para recreação, solário, refeitório, cozinha, almoxarifado, sanitários adulto e infantil, sala multiuso, playground, berçário, lactário e sala de amamentação.	O Centro de Referência em Educação Infantil Flor de Maracujá fica dentro do Assentamento Dona Antônia. O CREI representou uma diminuição da sobrecarga dessas famílias, principalmente para as mulheres.
Teresina, Piauí	I- Decreto Municipal nº 16.213 de 2016 que cria a Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Teresina. Tem por objetivo efetivar a transição da produção convencional para agroecológica; aprimorar o manejo das culturas com foco na agroecologia; garantir assistência técnica especializada em agroecologia; viabilizar a comercialização dos	I- Consolidação de duas feiras com produtos de base orgânica e provenientes da agricultura familiar. A Feira de Base Agroecológica-Cultural da UFPI e a Feira da Agricultura Familiar na Praça Rio Branco; II- Recursos do convênio foram investidos na compra de equipamentos, como: trator; caminhão; caçambas; compostador de resíduos orgânicos; usina de processamento de coco verde; e outros. Essa infraestrutura será disponibilizada aos agricultores do município.	A Feira de Base Agroecológica-Cultural da UFPI reúne a produção agroecológica à manifestações culturais do município. Essa feira faz parte de um projeto de extensão universitária que é conduzido por discentes e docentes. Tem como o objetivo além da comercialização a articulação entre pesquisa e extensão, cultura, rural e urbano.



	produtos; <b>II-</b> Realização de convênio para compra de equipamentos rurais para uso compartilhado.		
Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável com diferentes frentes: <b>I-</b> reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; <b>II-</b> criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural pela Lei nº6.420 de 2010; <b>III-</b> realização de um censo municipal; <b>IV-</b> criação do programa ticket feira; <b>V-</b> criação da Escola Família Agrícola de Cachoeiro do Itapemirim	<b>I-</b> Foram definidas leis para o uso de máquinas em propriedades particulares (Lei da Hora Máquina), discutido o Plano de Desenvolvimento Sustentável; o Plano Municipal Rodoviário Rural; definidos planos para conservação e recuperação de nascentes. <b>II- IV-</b> Valor de 15 reais semanais distribuídos a 1200 servidores do município. O ticket tem validade exclusivamente na feira da agricultura familiar. <b>V-</b> Construção por meio de um convênio entre Prefeitura e INCAPER.	O ticket feira promoveu interação entre servidores públicos e agricultores.
Igaci, Alagoas	Estratégia de organização da produção da agricultura familiar para fornecimento ao PNAE	De 2011 até 2020 o AAGRA movimentou cerca de 6,5 milhões de reais pelo PNAE, beneficiando 100 famílias de produtores de sete municípios diferentes. Do montante total 85% foi repassado para os produtores, 10% destinados para o custeio de pessoal e logística e 5% para um fundo de reserva.	No primeiro ano do programa a prefeitura adquiriu 90% da alimentação escolar dos agricultores familiares do município. Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA) faz a intermediação das compras do PNAE de outros sete municípios.
Vitória, Espírito Santo	Lei Municipal nº4.352 de 1996 dispõe sobre o resgate e identificação de práticas medicinais tradicionais; incentivo a práticas fitoterápicas seguras para população; seleção de plantas medicinais já estudadas	Houve a inclusão da recomendação de fitoterápicos no SUS; foi criada a rede de Guardiãs do Conhecimento e defensoras das hortas comunitárias de plantas medicinais; implantação de 3 hortas de plantas medicinais em parques municipais, com 120 espécies diferentes catalogadas; criação do "Roteiro para Implantação de Projetos Locais de Plantas Medicinais"; implantação de 9 hortas comunitárias; identificação de 32 guardiãs dos	Realização de concurso públicos para médicos com conhecimentos fitoterápicos

	cientificamente; incentivo ao plantio e manejo correto das plantas medicinais; implantação de hortas comunitárias de plantas alimentícias não convencionais (PANCs).	saberes; distribuição de mais de 250 mil mudas;	
Araraquara, São Paulo	<b>I-</b> Os componentes exigidos para o estabelecimento do SISAN foram instituídos em 2017 com a Lei Municipal nº 9.147 - COMSAN e CAISAN; <b>II-</b> O Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Produtiva “Bolsa Cidadania”; <b>III-</b> O Banco Municipal de Alimentos (BMA) <b>IV-</b> Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS) com o objetivo de fomentar e organizar a produção e comercialização da agricultura familiar, além de favorecer a aquisição desses produtos por órgãos públicos municipais.	<b>I-</b> Foi desenvolvido o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Desenvolvimento Rural Sustentável; <b>II-</b> Consiste em um cartão de alimentação que dá aos beneficiários - pessoas em condição de vulnerabilidade social - uma renda mínima para seu uso na alimentação. O programa estabelece condições para o recebimento do benefício, como: a participação dos beneficiários em cursos profissionalizantes e de ação comunitária; a frequência escolar das crianças e outros. <b>III-</b> A estrutura física do BMA permite a refrigeração dos alimentos e recebe alimentos do PAA e PMAIS. Em 2016 anexado ao BMA foi criada a Padaria Solidária que tem a maior parte das matérias primas fornecidas por doações de parceiros e redes de supermercados. <b>IV-</b> Realização de chamada pública direcionada a distribuição de alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) como complemento à cesta básica. Em 2019 participaram 41 agricultores familiares e 3 cooperativas de agricultores. O PMAIS foi importante para suprir a falta dos recursos do PAA que ocorreram em 2020.	<b>II-</b> Um aspecto de destaque é que no momento de ingresso e de saída do programa o beneficiário passa por uma avaliação do nível de insegurança alimentar da pessoa e da família
Florianópolis, Santa Catarina	<b>I-</b> Projeto Jardins de Mel dispõe sobre proteção às abelhas nativas sem ferrão (meliponas) e estímulo à polinização urbana. Foi adequada para legislar sobre aplicação de	Criação do Programa Hortas Escolares Sustentáveis, do Programa Municipal de Agricultura Urbana, do Programa de Fortalecimento da Fitoterapia na Rede Municipal de Saúde, e do Programa de Fortalecimento do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.	Criação da Zona Livre de Agrotóxicos; na UFSC foi criado o programa Plantio Agroecológico Solidário, com voluntários plantando meio hectare de horta, os alimentos são

	agrotóxicos; Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO) que teve seu enfoque na agricultura urbana; Lei da Compostagem, que cria a obrigatoriedade da reciclagem dos resíduos orgânicos da cidade, ligada a visão de saneamento;		distribuídos para redes de apoio como cozinhas comunitárias que entregam alimentos para população de rua;
São José dos Pinhais, Paraná	Lei Municipal nº1.738 de 2011, dispõe sobre a criação do Programa Ilha Verde, que tem como objetivo o incentivo e apoio aos pequenos produtores rurais que desejam migrar para produção orgânica, desde sua inscrição e certificação até à venda e comercialização.	Agricultores que já produzem recebem visitas técnicas para o auxílio na transição para produção orgânica.	Subsídio de 20% dos custos referente a certificação orgânica custeados pelo município.
Brejo da Madre de Deus, Pernambuco	Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Brejo da Madre de Deus (CONDESB) onde são elaboradas políticas públicas agroecológicas.	Desenvolvimento do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido em 2013 que foi responsável pela construção de mais de 2000 cisternas; A Sementeira Municipal Padre Pedro Aguiar fornece sementes aos agricultores locais e produz mudas que são comercializadas na Feira do Verde; No Laboratório de Fitoterapia Alípio Magalhães são preparados 26 tipos de produtos, que são fornecidos ao SUS. O município tem uma Unidade de Beneficiamento de Produtos Apícolas e Derivados (Casa do Mel) que tem fornecido mel na merenda escolar	Título de Capital Agroecológica recebida em 2012; há no município um Sítio de produção de fitoterápicos e um laboratório vinculado ao SUS que faz a prescrição e apoia na formação e produção de medicamentos fitoterápicos; Feira do Verde é um evento anual que desde 2012 faz parte do calendário oficial de eventos do Estado de Pernambuco;

<p>São Paulo, São Paulo</p>	<p><b>I-</b> Decretos Municipais nº45.665 de 2004 e nº51.801 de 2010 regulam o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROUARP); <b>II-</b> Lei Municipal nº16.140 de 2015, dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar; <b>III-</b> Lei Municipal nº16.050 de 2014 e artº189 a 191 do Plano Diretor Estratégico recria a zona rural do município e o Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável; <b>IV-</b> Decreto Municipal nº57.058 de 2016 que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDSS); <b>V-</b> Projeto Ligue os pontos, iniciativa para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a interação urbano-rural a partir dos diferentes pontos da cadeia produtiva. <b>VI-</b> Programa Feiras e Jardins Sustentáveis; <b>VII-</b> O Plano de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário com ações na área rural e na agricultura urbana. <b>VIII-</b> Escola Municipal de Jardinagem (EMJ) regulamentada pelo</p>	<p><b>I -</b> Desenvolve ações intersetoriais de SAN; criação de duas Casas de Agricultura Ecológicas que oferece cursos e oficinas para 300 pessoas por ano. <b>II-</b> Pelas dimensões do volume de compras da cidade de São Paulo essa lei atingiu agricultores familiares da cidade e de outros municípios próximos - inclusive os que estão em transição agroecológica. <b>III -</b> recriação da zona rural do município correspondente a 27% do território; <b>IV-</b> nortearam o Plano Municipal de Agroecologia Desenvolvimento Rural; prevê o plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais; <b>V -</b> Realização de um censo agropecuário, o censo identificou 438 produtores na área rural de São paulo, sendo 80% com propriedades de menos de 2 hectares; <b>VI-</b> Alimentos descartados de feiras, são encaminhados para os pátios de compostagem, os resíduos são misturados com às podas de árvore e matéria orgânica seca onde ocorre a compostagem. Ao todo são 5 pátios de compostagem e tem a capacidade de processamento de 600 toneladas de composto por ano. <b>VII-</b> Sua construção foi articulada com outras iniciativas como o Plano de Desenvolvimento Econômico, o Plano Municipal de Arborização Urbana, o Plano Municipal de Áreas Verdes e o Plano Municipal da Mata Atlântica e Serviços Ambientais, sua atuação é dividida em 17 eixos temáticos. <b>VIII-</b> Criada em para capacitar os jardineiros da prefeitura, com o passar do tempo passou a oferecer cursos abertos para o público de: jardinagem, paisagismo, hortas, orquídeas, sementes, cactos e suculentas, arborização; <b>IX-</b> fornecimento de bolsas para manutenção de hortas em regiões periféricas e aldeias indígenas; <b>X-</b> O programa tem trabalhado com agroecologia e recuperação de variedades crioulas de alimentos, fortalecimento da alimentação tradicional, plantio de</p>	<p><b>V-</b> criação de um sistema informatizado de ATER; <b>VII-</b> O composto orgânico é distribuído gratuitamente à população e usado como insumo em jardins e praças públicas. Qualquer morador da capital pode retirar até 100 litros de composto em qualquer pátio de compostagem da cidade. <b>VIII-</b> conta com um Programa de Atendimento às Plantas.</p>
---------------------------------	--	--	---

	<p>decreto nº15.180 de 1978. <b>IX</b>-Bolsa de inserção laboral - POT, envolve a inserção laboral em hortas urbanas e periféricas e em comunidades indígenas; <b>X</b>- O Programa Aldeias tem por objetivo promover expressões culturais do povo Guarani Mbya nas aldeias da zona sul, da zona noroeste e nos espaços e equipamentos públicos. <b>XI</b>- Lei Municipal nº14.682 de 2008 e Decreto Municipal nº49.596 regula a produção e uso de plantas medicinais pelo Programa de Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde; <b>XII</b>- O Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS-SMS) incentiva a criação de hortas medicinais e de alimentos em Unidades Básicas de Saúde e é coordenado pela SMS; <b>XIII</b>- Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA pela Lei nº13.155 de 2001. <b>XIV</b>- A Lei nº16.212 de 2015 cria a gestão participativa das praças;</p>	<p>espécies tradicionais, recuperação ambiental, fortalecimento político, apoio a casas de reza, formação audiovisual, intercâmbio entre aldeias. O Programa objetiva a conservação da identidade e do território do povo Guarani Mbya. <b>XIII</b>- realiza o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); desde a criação do PROUARP lançou editais voltados à agroecologia, voltados para capacitação e apoio à produção e mobilização;</p>	
--	--	--	--

Francisco Beltrão, Paraná	A Lei Municipal nº 4.669 de 2019 que institui a PMAPO, tem como objetivo incentivar políticas públicas, programas e ações indutoras da agroecologia e da produção orgânica.	A política prevê um Plano Municipal de Agroecologia, Produção Orgânica e Alimentação Saudável com dotações orçamentárias de diferentes secretarias. Possui ações para o fortalecimento da produção de base agroecológica, ampliação dos espaços de comercialização e acesso a alimentos; e conscientização alimentar e ambiental nas escolas; busca contemplar melhora das condições de saúde, de lazer, de saneamento e fomentar a valorização da cultura, integração comunitária, educação ambiental, função social do solo, agroturismo, melhoria urbanística e sustentabilidade, conservação dos recursos hídricos.	
Tomé-Açu, Pará	Apoio ao acesso a linha de crédito Pronaf Floresta, programa que financia projetos agroflorestais.	Desde o início sua execução em 250 agricultores acessaram o programa no município. Em 2020 foram 61 agricultores.	
Itanhaém, São Paulo	Discorre sobre o Plano de Desenvolvimento Rural e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que mantém ações para apoio e inclusão de produções de indígenas e pescadores no PAA, PNAE e ATER.	Feira de agricultura familiar que recebe apoio da prefeitura; formação e estruturação da Associação dos Produtores Artesanais, Aquicultores e Indígenas de Itanhaém e Região (AMIBRA); formação da Associação Guarani Mbyá Piray Porã e apoio por meio de um convênio que forneceu equipamentos como um caminhão, micro trator, ferramentas, equipamentos de mídia para a escola indígena e móveis de escritório para associação; inclusão do milho guarani na alimentação escolar junto ao PNAE; incentivo a emissão de DAP pelos pescadores para acesso ao PRONAF, e orientação técnica para comercialização de pescado; O Banco de Alimentos atende famílias em situação de insegurança alimentar e ajuda 15 entidades promotoras de SAN.	A prefeitura financiou a criação de um Banco de Alimentos público municipal; apoio de técnicos na formação de associações de agricultores, indígenas e pescadores; Programa de coleta urbana de alimentos, que evita o desperdício e captando cerca de 5 toneladas mensais de alimentos que seriam descartados; fornecem alimentos para pessoas com doenças crônicas.

No quadro 1 são apresentadas as políticas analisadas, seus objetivos, os resultados e inovações contidas nos relatos. Nos relatos são descritas uma gama de

políticas, programas, ações e planos que não necessariamente se auto referenciam como pautas agroecológicas, mas que a partir da visão dos relatantes poderiam ser enquadradas como iniciativas agroecológicas. Essas políticas no geral são voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar; ao fomento da produção orgânica; à valorização dos conhecimentos de comunidades tradicionais e camponesas; e ao incentivo de uma relação harmoniosa com a natureza. Como no caso de Cachoeiro do Itapemirim, com o Plano de Desenvolvimento Sustentável e o Plano Municipal Rodoviário Rural; Araraquara com o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social; Brejo da Madre de Deus com Plano Municipal de Convivência com o Semiárido; São Paulo com o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural, o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana e diversos outros contidos no quadro 1; e Itanhaém com Plano de Desenvolvimento Rural. Isso entra em consonância com a descrição de Iracema Moura(2017) sobre os fundamentos da agroecologia. Também revela que as práticas agroecológicas não são apenas consideradas práticas agrícolas de produção orgânica.

Como ponto em comum entre alguns dos relatos de experiência pode-se destacar a recente criação de Políticas Municipais de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), que em sua grande maioria foram aprovadas após a Política Nacional de Agroecologia. Isso se observou nos casos de: Anchieta, Rebouças, Florianópolis, e Francisco Beltrão. No geral, essas políticas se inspiram nas diretrizes da PNAPO e apresentam escopos abrangentes de caráter intersetorial. A partir delas são articuladas ações compartilhadas entre diferentes atores, como: secretarias e departamentos ligados à administração municipal; instituições de ensino federais e estaduais; organizações da sociedade civil, como ONGs, associações, cooperativas, movimentos sociais, agricultores familiares, comunidades locais e pequenos produtores. Demonstrando que um dos fatores centrais dos arranjos institucionais de políticas agroecológicas partem do entendimento de que devem ser estabelecidos de forma intersetorial. Assim como dito pela pesquisadora Claudia Schimitt (2016), a agroecologia é um termo que passou a ser usado recentemente para englobar diferentes pautas, reivindicações e visões. Isso pode ser observado na criação recente da maioria das políticas que usam o termo “agroecologia”.

A influência das relações federativas entre as entidades administrativas também podem ser vistas em muito dos relatos que descrevem estratégias de organização para possibilitar o acesso às políticas nacionais e estaduais como o PNAE em Quissamã, Itanhaém e Igaci, o PAA em Poço Verde, Itanhaém, Araraquara, Boa Vista do Ramos; o ATER em Boa Vista do Ramos, Itanhaém e São Paulo; e PRONAF em Itanhaém, Tomé-Açu. Entretanto, a implementação e execução dessas políticas também recebem influência direta do contexto territorial que se encontra. Isso demonstra a importância dos mecanismos institucionais estabelecidos no âmbito federal na construção de políticas a nível subnacional conforme Lotta e Favaretto (2018) indicam.

Nos relatos são observadas políticas públicas que se referem à criação de espaços de participação e articulação entre produtores rurais, comunidades tradicionais, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e o Estado. Como se observa nos casos de Cachoeiro do Itapemirim com Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; Brejo da Madre de Deus com Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável; São Paulo com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável; Itanhaém com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; Teresina com a Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica; Rebouças com a comissão de saúde popular; e Francisco Beltrão com a Comissão Municipal da Plataforma da Comida Saudável. Normalmente esses conselhos e comissões exercem tanto o papel de elaboração de ações e diretrizes como atuam no monitoramento das mesmas. A construção de espaços de discussão e coordenação política, foram descritas como iniciativas fundamentais para a promoção da agroecologia, pelos atores envolvidos na elaboração da PNAPO (IPEA,).

Outro ponto destacado nos relatos são as políticas de valorização às práticas de produção e conhecimento dos povos tradicionais. Como nos casos de: Boa Vista do Ramos, que incluiu produtores de mel de abelhas nativas no mercado formal possibilitando a obtenção do SIE; Rebouças que reconhece os ofícios tradicionais de benzedeiras e curandeiras; Conde com o Centro de Referência em Educação Infantil Flor de Maracujá que fica dentro do Assentamento Dona Antônia; Vitória com o resgate e identificação de práticas medicinais tradicionais e identificação de 32 guardiões dos saberes; São Paulo com o Programa Aldeias, que tem por objetivo promover expressões culturais do povo Guarani Mbya nas aldeias da zona sul, além



da formação e estruturação da Associação dos Produtores Artesanais, Aquicultores e Indígenas de Itanhaém e Região (AMIBRA); formação da Associação Guarani Mbyá Piray Porã.

Como já dito anteriormente, as políticas têm diferentes níveis de maturidade, algumas iniciativas são recentes e outras apresentam resultados mais consolidados. Os resultados narrados são diversos, como: a inclusão de agricultores familiares e produtores tradicionais em circuitos de comercialização e mercados; o reconhecimento profissional desses produtores e de seus conhecimentos tradicionais; realização de ações que visam o fomento de vínculos associativos entre produtores; realização de encontros e feiras integradas com apoio municipal; criação de hortas em espaços públicos; desenvolvimento de ações na área da agricultura urbana; ações de fomento à alimentação saudável nas escolas; distribuição de alimentos a famílias de vulnerabilidade social; integração do uso de plantas medicinais ao sistema de saúde público; acompanhamento de produtores em processos burocráticos de certificação; criação de planos e programas voltados à valorização da alimentação nas escolas

As políticas dos relatos apresentam diversas inovações, como no caso da regulamentação da produção de mel de abelhas nativas, que no caso de Florianópolis, serviu para a criação áreas livres de uso de agrotóxicos; formas de comercialização para os agricultores familiares com a realização de feiras unindo apresentações culturais de artistas locais; estratégias criadas para se controlar e melhorar a segurança alimentar das famílias; o apoio o uso de plantas medicinais em tratamentos oferecidos pelo SUS; o uso de banco de alimentos municipais no fornecimento já alimentos à famílias vulneráveis, e para a conservação e distribuição de sementes crioulas. criação de fundos municipais para o financiamento de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Sendo assim podemos perceber como diferentes arranjos institucionais em contato com os territórios onde se inserem, e suas especificidades, mesmo quando formados por diretrizes nacionais servem para dar cabo à criação de novas políticas públicas, que fazem sentido num determinado contexto.

Quadro 2: Organizações envolvidas e atores destacados

	<b>Poder Público</b>	<b>Organizações da Sociedade Civil</b>	<b>Atores destacados</b>
Boa Vista do Ramos, Amazonas	Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas; Centro Estadual Tecnológico do Amazonas; Instituto Federal do Amazonas; Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos; Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.	A Rede de Meliponicultores do Estado do Amazonas (Rede Mel); Rede Maniva de Agroecologia; e a Associação de Criadores de Abelhas do Amazonas.	Técnico Sydney D. Fogassa da Rede Maniva
Anchieta, Santa Catarina	Secretaria Municipal de Agricultura; Conselho Municipal de Agricultura; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Prefeitura Municipal.	Rede Ecovida de Agroecologia; Grupo Raízes; Cooperanchieta; Pastoral da Juventude do Meio Popular; Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar; Movimento de Mulheres Camponesas; Igreja católica	Técnica do Núcleo de Estudos em Agrobiodiversidade e da UFSC, membro da Cooperanchieta.
Rebouças, Paraná	Secretaria Municipal de Saúde de Rebouças; Instituto Federal do Paraná (IFPR); Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Movimento Aprendizizes da Sabedoria (MASA)	
Quissamã, Rio de Janeiro	A Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca; Secretaria de Educação		
Poço Verde, Sergipe	Prefeitura Municipal	Movimento Camponês Popular; Articulação do Semiárido (ASA); Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC);	Coordenador estadual do MCP, Philipe Caetano - agroecólogo
Conde, Paraíba	Secretaria de Educação	Assentamento Dona Antônia	
Teresina, Piauí	Universidade Federal do Piauí (UFPI), pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEM CASPI), pelo Instituto Nacional de Colonização Agrícola (INCRA), pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - PI; (EMATER), pela Secretaria de Educação (SEDUC), pela Secretaria de Desenvolvimento Rural da	Comunidades Camboa I, Camboa II Vale da Esperança, Assentamento 17 de Abril e Soim I.	

	Prefeitura Municipal de Teresina (PMT); Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR/PMT)Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Banco do Brasil (FBB)		
Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo	III- Secretaria da Fazenda/NAC (Núcleo de Atendimento ao Contribuinte); Universidade São Camilo; Secretaria Municipal de Agricultura; V- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER);	III- Cooperativa de Laticínios Selita; V- Fundação do Banco do Brasil, Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil, Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo	José Arcanjo Nunes, doutor em produção vegetal.
Igaci, Alagoas		Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA)	
Vitória, Espírito Santo	Secretaria de Saúde; Secretaria de Meio Ambiente;	Rede Capixaba de Agroecologia (RUCA); Pastoral da Saúde Cáritas;	Dra. Henriqueta Sacramento e Graça Lobino
Araraquara, São Paulo	Coordenadoria de agricultura; Coordenadoria de Segurança Alimentar; Rede Nacional de Banco de Alimentos; COMUSAN (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) e CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional); CRAS; Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	É descrito que existe uma falta de associações e cooperativas de agricultores familiares para a execução total do orçamento.	
Florianópolis, Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO); Rede Ecovida; Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); AS-PTA e da Rede Minas; Fórum Catarinense de Combate ao Uso dos Agrotóxicos e Transgênicos	Marcos José de Abreu do vereador do PSOL, engenheiro agrônomo com mestrado em agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Maria Elisa Magri (UFSC);
São José dos Pinhais, Paraná	Secretaria Municipal de Agricultura; EMATER Paraná; Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar)		

Brejo da Madre de Deus, Pernambuco	Instituto Federal de Pernambuco de Belo Jardim; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal da Paraíba; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco; Caixa Economica Federal; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Banco do Brasil; Banco do Nordeste; Governo Estadual	A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Pernambuco; Serviço de Tecnologias Alternativas; Instituto Canadense SHARE; Associação de Plantas do Nordeste; Centro Nordestino de Medicina Popular; Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Brejo da Madre de Deus	Padre Pedro Aguiar; Elizabeth Szilassy, agrônoma canadense e Aristóteles Oliveira agricultor familiar. Deputado estadual Manuel dos Santos do PT.
São Paulo, São Paulo	I- Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA); Secretaria do Trabalho; Secretaria de Coordenação de Subprefeituras; Secretaria de Saúde; Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho; Secretaria de Educação; e Secretaria de Participação. II- Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação; III- FEMA, SVMA V- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Coordenadoria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo VI- Autoridade Municipal de Resíduos Urbanos (AMLURB) VIII- SVMA X- Secretaria Municipal de Cultura XI- Lei Municipal nº14.682 de 2008 e pelo decreto regulamentador nº49.596 XI- SMS XII- SMS XIII- SVMA, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável XIV- Secretaria de Coordenação de Subprefeituras;	I- Associação de Agricultura Orgânica II- Associação de Agricultura Orgânica e Instituto Kairós. IV- membros do COMUSAN, representantes agricultores zona Sul, norte e leste, Movimento de Agricultoras Urbanas da região centro/oeste, Instituto Kairós, Associação de Produtores Rurais de Parelheiros e Região, COPERAPAS e Associação dos Agricultores da Zona Leste, representantes de comunidades indígenas e das Áreas de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Bororé-Colônia, Comuna da Terra Irmã Alberta, Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPPA) e União de Hortas Urbanas. X- Centro de Trabalho Indigenista XIV- Movimento Boa Praça	
Francisco Beltrão, Paraná	Secretaria de Agricultura; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Assistência Social; e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.Estado do Paraná e Governo Federal	Assesoar, Rede Ecovida de Agroecologia, UNIOESTE, Cooperativa Central da Agricultura Familiar, Colégio Agrícola, Cooperativa de crédito Cresol, Associação de Agricultores e Agricultoras Ecológicos de Francisco Beltrão, Agroecológico Marrecas	

Tomé-Açu, Pará	Embrapa; Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará		Gerente do banco responsável pelos financiamentos.
Itanhaém, São Paulo	Departamento de Agricultura, vinculada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; FUNAI (Fundação Nacional do Índio); Secretaria Municipal de Agricultura; UNESP; Ministério de Desenvolvimento Social; MAPA; Ministério da Cidadania	Associação dos Produtores Artesanais, Aquicultores e Indígenas de Itanhaém e Região (AMIBRA); Associação Guarani Mbyá Piray Porã; Fórum de economia Solidária da Baixada Santista;	

No quadro 2 são definidas as organizações e órgãos governamentais, as organizações da sociedade civil (não-governamentais), e os atores destacados na condução das políticas públicas agroecológicas com a finalidade de compreender o papel das instituições públicas e da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas agroecológicas, assim, considerando os atores envolvidos na política, fundamentais para a compreensão dos arranjos institucionais apresentados no âmbito municipal.

É possível observar que em cada relato se apresentam distintas configurações de arranjos institucionais. Em alguns casos se observa maior protagonismo de órgãos governamentais na condução de políticas, como no caso de Teresina, Araraquara, São José dos Pinhais e Tomé-Açu. Já em outros casos é possível observar maior protagonismo de organizações da sociedade civil na condução das políticas, como nos casos de Poço Verde, Igaci e Florianópolis. Mas, na maioria dos casos, é observado um equilíbrio entre a participação do Estado e da sociedade civil. Conforme descrito por Gomide e Pires (2014), a implementação de políticas públicas no Brasil é atravessada pelo envolvimento de diversos atores sociais, políticos e econômicos.

Em oito relatos é possível observar a existência de agentes protagonistas na condução dessas políticas, entre os quais: ocupam cargos técnicos; são membros de movimentos sociais; membros de redes agroecológicas; cientistas; médicas; vereadores; um padre e até um gerente de banco.

As organizações governamentais mais citadas nos relatos são as Secretarias Municipais de Agricultura, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Educação. Isso pode indicar a relevância que essas estruturas administrativas têm na articulação das políticas e programas do campo da

agroecologia. A relevância delas também pode ser explicada por serem secretarias que lidam e aplicam com importantes políticas públicas nacionais que corroboram com pautas da agroecologia, como o PNAE e o PRONAF.

Pode-se observar também um grande número de instituições de ensino citadas, entre elas as mais citadas são as Universidades Federais e Institutos Federais (IFs), confirmando que existe uma grande correlação entre o sistema de ensino e a proposição de ações consideradas agroecológicas. Isso entra em consonância com o processo de consolidação e institucionalização da agroecologia descrito por Paulino e Gomes (2020), que afirmam existir uma sinergia entre a comunidade científica e a promoção da agroecologia.

As organizações da sociedade civil que se destacam na elaboração e acompanhamento das políticas analisadas são as mais diversas, mas se ressaltam redes e associações de produtores; redes de agroecologia; movimentos sociais camponeses, assentamentos e comunidades tradicionais; cooperativas; sindicatos; fóruns de debate; cooperativas de crédito.

Quadro 3: Participação Social, Controle e Monitoramento e Problemas

	<b>Participação Social</b>	<b>Controle e Monitoramento</b>	<b>Problemas</b>
Boa Vista do Ramos, Amazonas	I- Uma das principais responsáveis pela elaboração e aprovação do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel de Abelha Social sem Ferrão foi a Rede Mel que desde sua criação teve uma forte atuação nas comissões de produção orgânica do estado, pautando mecanismos legais para inclusão produtores meliponicultores; II- A Rede Mel em conjunto com a Associação de Criadores de Abelhas Nativas do Amazonas (ACAM) articularam a elaboração e aprovação da Lei Municipal nº287 de 2019 que criou a Coordenadoria Municipal de Meliponicultura de Boa Vista do Ramos. A composição da coordenadoria é dividida por técnicos e produtores locais.	II- O monitoramento e controle das ações da coordenadoria são feitos em reuniões trimestrais com a participação de técnicos e das associações de base de meliponicultores.	

Anchieta, Santa Catarina	Projeto de lei começou a ser elaborado em 2012 com um grupo de agricultores com a ajuda da Rede Ecovida de Agroecologia. Em 2019 após 2 anos de debates entre a Secretaria Municipal de Agricultura e o Conselho Municipal de Agricultura foi elaborada a Lei Municipal nº 2.457 por meio de um fórum com as entidades do município e órgãos da prefeitura mencionados na quadro 2	As entidades municipais beneficiadas participam do monitoramento e avaliação da execução da lei, juntamente com técnicos das secretarias envolvidas.	Atividades de ensino e extensão sobre transição agroecológica e produção orgânica foram interrompidas devido ao avanço da pandemia. A meta estabelecida de progressiva inserção dos alimentos orgânicos na merenda escolar também teve seu cumprimento prejudicado.
Rebouças, Paraná	O processo de aprovação dessa lei começou em 2008 por grupo formado por benzedoiras e benzedores de diversos municípios próximos a Rebouças realizaram o I Encontro das Benzedoiras do Centro Sul do Paraná, que culminou no Movimento Aprendizizes da Sabedoria (MASA). Já em 2009 o MASA a partir de um mapeamento identificou a existência de 133 benzedoiras em Rebouças, esse levantamento deu origem ao projeto de lei da legislação anteriormente citada.	O Decreto Municipal 027 de 2010 instituiu uma comissão de saúde popular com representantes do MASA, do Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Câmara Municipal para elaborar e monitorar propostas de acolhimento de práticas tradicionais.	Necessidade de assinatura dos contratos de fornecimento pelos agricultores diante do isolamento social; necessidade de ajustamento nas quantidades de itens e a forma de entrega dos produtos; e a necessidade de se fazer um levantamento da produção para definir os itens, quantidades e períodos de produção.
Quissamã, Rio de Janeiro		Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	
Poço Verde, Sergipe	O MPC (Movimento Popular Camponês) em conjunto com as lideranças das comunidades fizeram a proposta para a inserção das sementes crioulas no PAA. Todo o processo de articulação e elaboração da metodologia em conjunto com as casas de sementes tiveram a participação dos produtores e de representantes do poder público.		
Conde, Paraíba			A construção do CREI começou em 2018 e terminou em fevereiro de 2020.

			Mas devido a pandemia funcionou apenas durante 1 mês.
Teresina, Piauí	Resultado de um trabalho do Grupo de Produção Orgânica de Teresina (GPOTE). É composto pelas organizações governamentais e não governamentais citadas.	A CMAPO faz o monitoramento e avaliação das ações. Uma equipe técnica da SDR/PMT com apoio da Emater/PI formaram uma comissão técnica para dar suporte no planejamento e na avaliação das ações.	Não possui política pública voltada à produção agroecológica, não existindo orçamento previsto para suas ações.
Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo			O prosseguimento das atividades que ocorrem desde 2009 na escola agrícola estão ameaçadas desde a mudança de administração municipal, a pandemia tornou essa ameaça maior pela paralisação das aulas.
Igaci, Alagoas			Devido a pandemia o PNAE teve seu funcionamento parado. Entretanto os agricultores estão escoando a produção por delivery e feiras agroecológicas.
Vitória, Espírito Santo	Lei elaborada e aprovada devido a encontros entre técnicos da prefeitura, médicos, enfermeiros e educadores e guardiãs do conhecimento		
Araraquara, São Paulo		A política pública é monitorada pelo Conselho Municipal de SAN (COMSAN) e pelo Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentáveis (CMDR).	



Florianópolis, Santa Catarina	Para aprovação da Lei da Zona Livre de Agrotóxicos foram necessárias diversas discussões na Câmara para sensibilização dos vereadores, tendo a participação de professores universitários, agricultores e promotores do Ministério Público; A PMAPO foi construída em conjunto com a sociedade civil e a assistência social.		Falta de representação política em cargos do Legislativo e Executivo. Baixa adesão de políticos a totalidade das pautas agroecológicas.
São José dos Pinhais, Paraná			
Brejo da Madre de Deus, Pernambuco	O alto índice de câncer por conta dos cultivos com agrotóxicos no plantio de cenoura levou o município a promover Conferências Municipais de Saúde e Meio Ambiente que criaram uma agenda positiva para agroecologia e criou condições para realização de feiras agroecológicas na região. Em 2009 organizações da sociedade civil, instituições ligadas ao sindicalismo rural e associações de agricultores familiares pautaram a criação o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CONDESB)	O PNAE é coordenado entre prefeitura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CONDESB)	Devido a pandemia precisaram adequar o repasse do mel, pois os alunos passaram a receber o alimento individualmente em suas casas.
São Paulo, São Paulo	I- Em 2000 a criação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROUARP) por meio da articulação da sociedade civil na Câmara Municipal; Em 2012 depois de um encontro entre agricultores foi lançada da Plataforma de Agricultura Orgânica, que reuniu 22 organizações da sociedade civil e parlamentares para a proposição de políticas públicas; Em 2016 acontece a I Conferência de Agricultura e Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável que proporcionou um fortalecimento das políticas municipais de agroecologia; IV- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS) é composto por membros listadas no quadro 2	VII- É monitorado pela CMDRSS. X- Conselho de lideranças Guarani XII- Em 2008 esse programa foi incorporado na Estratégia Saúde da Família (ESF) é monitorado e avaliado por meio de reuniões e fóruns com técnicos da SMS, visitas técnicas e relatórios mensais e anuais. XIII- existe um conselho deliberativo composto por membros do governo e da sociedade civil	Problemas na continuidade de ações e políticas após mudanças de gestão. Cada gestão busca impor políticas públicas com “pegadas” próprias. Ações e programas acabam por ter metas e objetivos sobrepostos.
Francisco Beltrão, Paraná	Comissão Municipal da Plataforma da Comida Saudável de Francisco Beltrão debateram junto ao legislativo um		

	projeto de lei para estabelecer a Política Municipal de Agroecologia, Produção Orgânica e Alimentação Saudável (PMAPO).		
Tomé Açu - Pará			Sistemas Agroflorestais correm risco de serem substituídos pela implantação de monocultivos devido a maior oferta de crédito.
Itanhaém, São Paulo	Para a gestão dos projetos de Itanhaém foi formada uma rede de discussão sobre políticas públicas composta pela instituições listadas no quadro 2	O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável exerce controle e é responsável pela aprovação do Plano de Desenvolvimento Rural. Criação de uma Organização de Controle Social (OCS) reconhecida pelo MAPA em 2016, com 10 produtores de orgânicos.	Programa Barraca do Produtor, criada durante a pandemia como alternativa de escoamento da produção e acesso do consumidor aos alimentos; compra emergencial de alimentos no valor de R\$102.000,00 no período da pandemia, proporcionou o escoamento de 37 toneladas de produtos agrícolas e distribuídas pelo Banco de Alimentos. A aquisição de produtos da agricultura familiar de 30% pelo PNAE não estavam autorizados pelo governo federal.

No quadro 3 se encontram as menções à participação social, controle e monitoramento das políticas públicas. Também é descrito os problemas enfrentados na condução das políticas e ações analisadas.

A partir da participação social a ação estatal ganha legitimidade, uma vez que a sociedade estabelece conjuntamente objetivos e diretrizes para o tratamento de problemas sociais. Ao mesmo tempo, exige um corpo técnico capaz de coordenar e incluir múltiplos atores em torno de estratégias e objetivos (GOMIDE; PIRES, 2014).

Nos dezenove relatos analisados, apenas onze descreveram processos ativos de participação social na formulação das políticas. Em alguns casos essa participação se inicia da sociedade civil e acaba por adentrar a esfera pública, já em outros casos ela é fomentada por técnicos e especialistas, sendo necessário que estes iniciem o processo de participação social. A participação social em grande parte acontece nos conselhos criados, em conferências e comissões de caráter intermunicipal, que são elaboradas e discutidas as diretrizes de políticas e planos intersetoriais.

O monitoramento e avaliação das políticas normalmente são feitas pelas mesmas instituições e organizações participantes no processo de elaboração da política. Em alguns casos o monitoramento das políticas passaram a ser responsabilidade de conselhos de políticas públicas criados para essa finalidade. Nos relatos de experiência observou-se que não foi dada muita atenção para a descrição dos mecanismos de controle e avaliação das políticas.

Os principais problemas descritos nos relatos de experiência advém de complicações no prosseguimento de ações devido a pandemia. Por terem sido postados no site em outubro de 2020, já discorrem sobre inúmeras dificuldades advindas da pandemia. O relato de Quissamã foi focado na descrição da coordenação das famílias produtoras, no enquadramento das novas exigências na distribuição dos alimentos adquiridos pelo PNAE, devido a pandemia. Outro fator descrito como um problema, foi a descontinuidade de ações devido a troca de governo e prioridades. Também foi mencionado como um problema a falta de adesão a pautas agroecológicas por representantes eleitos e pressões para que sejam adotadas produções monocultoras.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa é compreender como se configuram os arranjos institucionais das políticas públicas agroecológicas na esfera municipal. Como objetivos específicos se elencou: compreender quais princípios guiam as ideias agroecológicas; analisar o papel das instituições públicas e da sociedade civil no processo de implementação de políticas públicas agroecológicas; compreender as estratégias de participação social, controle e monitoramento; e evidenciar quais problemas se apresentavam no processo de implementação da política.

Para isso, foi feita aqui uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica. Na construção do referencial teórico, buscando compreender os princípios e fundamentos da agroecologia, foi feita uma discussão a respeito dos condicionantes históricos e culturais dos complexos agroalimentares, evidenciando sua relação com a constituição do estado moderno. Em seguida foi relacionado a crise ambiental e social à uma crise da cultura ocidental. A análise de políticas públicas a partir da ótica dos arranjos institucionais foi outro ponto abordado no referencial teórico e utilizado na construção da análise dos relatos de experiência. Os relatos de experiência obtidos no site da Agroecologia em Rede serviram de fonte de dados para a construção desta pesquisa.

Nos resultados foi apresentado que um conjunto de múltiplas visões e princípios - em sua maioria referenciados pela valorização da agricultura familiar e de comunidades camponesas-, fazem parte das políticas agroecológicas. Tais ações já existiam antes da difusão da agroecologia como um conceito abrangente. Mas a partir da concepção agroecológica como ideia que caráter intersetorial e ampla, são criadas políticas, programas e conselhos que usam a intersetorialidade como uma de suas condicionantes principais. Segundo Lotta e Favaretto (2018) isso é um dos fatores para que haja uma efetiva intersetorialidade dos arranjos institucionais.

Também foi apresentado que a existência de políticas públicas nacionais e estaduais são fatores que influenciam em grande parte os arranjos institucionais observados nos relatos, como no caso do PNAE, PAA, ATER, PRONAF e PNAPO. Bem como a existência de instituições de ensino e pesquisa para a articulação de movimentos sociais e instâncias burocráticas ao redor da construção da agroecologia.

Em relação ao papel do poder público e da sociedade civil na implementação das políticas, foi apresentado que em cada município a execução

das políticas envolvem diferentes níveis de participação social. As secretarias municipais de Agricultura, Meio Ambiente, Educação e Saúde estão entre os órgãos dos poderes públicos mais mencionados. Dentre as organizações da sociedade civil são destacadas as associações de produtores, as redes de agroecologia e os movimentos sociais e do campo. Em relação à participação social, foi destacado a criação de conselhos e comissões para o debate de políticas agroecológicas, assim como ações de fomento à participação social, desempenhadas por técnicos de quadros públicos e organizações da sociedade civil.

Os problemas destacados nos relatos foram relativos à descontinuidade de ações e programas devido a troca de governo e a pandemia. Conforme demonstrado anteriormente, antes da eclosão da pandemia, as políticas públicas que fortalecem a agricultura familiar já estavam sob constantes cortes e ameaças. Políticas legalmente instituídas e consideradas basilares para o fortalecimento de reivindicações do campo estão sendo extinguidas e sendo desmontadas. Nesse sentido se observa que, apesar de estarem sob ameaça constante, tais políticas legalmente instituídas apresentam maior resistência a mudanças de prioridades na troca de governos. Entretanto tal estabilidade é relativa, exigindo da sociedade um papel ativo de constante defesa de direitos conquistados e também demandando que sejam articuladas formas de consolidação e aprimoramento dessas políticas.

## REFERÊNCIAS

ANCHIETA. **Lei Orgânica do Município de Anchieta**, de 05 de abril de 1990. Disponível em: [http://www3.camaraanchieta.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/O11990.html#:~:text=Art.,se%20por%20esta%20Lei%20Org%C3%A2nica.&text=n%C2%BA%203%2F2014\)-,Art.,o%20Legislativo%20e%20o%20Executivo](http://www3.camaraanchieta.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/O11990.html#:~:text=Art.,se%20por%20esta%20Lei%20Org%C3%A2nica.&text=n%C2%BA%203%2F2014)-,Art.,o%20Legislativo%20e%20o%20Executivo). Acesso em mar. 2021

———. **Lei N° 2.457, de 11 de outubro de 2019**. Dispõe sobre os incentivos aos sistemas de produção agroecológica e orgânica e a conservação, uso, promoção e distribuição das sementes crioulas pelos agricultores familiares e camponeses. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?r=site/acervoView&id=2191848>. Acesso em abr. 2021

ALENCAR, A. Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Teresina. Out. 2020. Teresina, Piauí. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eyd-o07i-2c9dabc0-8671-47d5-9842-54b2a0c8faab.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eyd-o07i-2c9dabc0-8671-47d5-9842-54b2a0c8faab.pdf). Acesso em jan. 2020

ALESSI, G. **Salles vê ‘oportunidade’ com coronavírus para ‘passar de boiada’ desregulação da proteção ao meio ambiente**. El País. São Paulo. Mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>. Acesso em mai. 2020

ALVES, P. R. **Decrescimento e pós-extrativismo como alternativas: um olhar a partir do debate socioambiental da América Latina**. Rev. Pós Ciênc. Soc., São Luís, v.18, n.1, 227-232, jan/abr, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/349063960\\_Decrescimento\\_e\\_pos-extrativismo\\_como\\_alternativas\\_um\\_olhar\\_a\\_partir\\_do\\_debate\\_socioambiental\\_da\\_America\\_Latina](https://www.researchgate.net/publication/349063960_Decrescimento_e_pos-extrativismo_como_alternativas_um_olhar_a_partir_do_debate_socioambiental_da_America_Latina). Acesso em abr. 2021

ASSIS, R. L. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia.**

Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502006000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005).

Acesso em jan. 2020

BRASIL. Decreto Nº9.784, de 7 de maio de 2019. **Declara a revogação, para fins do disposto no art.16 da Lei Complementar nº95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art.9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos.**

———. Decreto Nº7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.** 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: abr. 2021

BRASIL DE FATO. **Com queda de 95% em 8 anos, aquisição de alimentos chega a menor nível com Bolsonaro.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/29/com-queda-de-93-em-8-anos-aquisicao-de-alimentos-chega-a-menor-nivel-com-bolsonaro>

GIMENES, E. BRASIL DE FATO. **Agricultura Familiar precisa de reforço para não faltar comida, defendem movimentos.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/13/agricultura-familiar-precisa-de-reforco-para-nao-faltar-comida-defendem-movimentos> Acesso em maio. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Inpe confirma aumento de quase 200% em queimadas no Pantanal entre 2019 e 2020.** 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/696913-inpe-confirma-aumento-de-quase-200-em-queimadas-no-pantanal-entre-2019-e-2020/>. Acesso em: out. 2020

DIAS, J. C. **Estratégia de organização da produção da agricultura familiar para fornecimento ao PNAE.** Out. 2020. Igaci, Alagoas. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-ey-s-ondg5-5579ddb8-8550-4c11-b923-7a2f9e9e069c.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-ey-s-ondg5-5579ddb8-8550-4c11-b923-7a2f9e9e069c.pdf). Acesso em jan. 2021

DIEESE. **Salário mínimo em 2021 será de R\$ 1.100,00.** Nota Técnica. Número 249, 04 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec249salarioMinimo.pdf>. Acesso em fev. 2021

FRIZON, E. **Sementes crioulas e produção de orgânicos em Anchieta.** Out. 2020. Anchieta, Santa Catarina. [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eysg\\_xeh0-60349743-9786-4374-8479-3b13bf3dc2ea.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eysg_xeh0-60349743-9786-4374-8479-3b13bf3dc2ea.pdf). Acesso em jan. 2021

G1. **Bolsonaro veta autorização para transferência de dinheiro da merenda escolar para familiares dos alunos.** Brasil, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/19/bolsonaro-veta-autorizacao-para-transferencia-de-dinheiro-da-merenda-para-pais-e-responsaveis-durante-a-pandemia.ghtml> Acesso em maio. 2021

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. P. **Capacidades Estatais e Democracia: Arranjos Institucionais de Políticas Públicas.** Brasília: IPEA. 2014. 385 p. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2206](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2206). Acesso em jan. 2021

GONDIM, M. **Organizações da sociedade civil e a gestão compartilhada na capital agroecológica do estado de Pernambuco.** Out. 2020. Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eysc\\_64ix-d5d781b8-042f-47c5-b459-a70d99cb2ec8.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eysc_64ix-d5d781b8-042f-47c5-b459-a70d99cb2ec8.pdf). Acesso em jan. 2021

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental, a conexão necessária.** 2 edição. Campinas/SP: editora, Papirus, 2000.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias.** Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 11.ed, 2001.



HUROWITZ, G; JACOBSON, M; HIGONNET, E e REUSNER, L. **As empresas por trás das queimadas na Amazônia**. Mighty Earth, 2019.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf)

———. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro, 2019

IPEA. **Análise da construção da política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. Texto para discussão; Rio de Janeiro, 2017.

MORATO, R. W. Rede de meliponicultores do estado Amazonas – REDE MEL. Out. 2020. Amazonas. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eym-dotc-c2a0c169-44d2-4446-96af-ee4e34ffd88e.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eym-dotc-c2a0c169-44d2-4446-96af-ee4e34ffd88e.pdf). Acesso em jan. 2021

MOREIRA, R. M. **Itanhaém e o desenvolvimento rural**. Out. 2020. Araraquara, São Paulo. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eym-zo00v-cc3358f0-4022-436b-af0b-31a6472d2dea.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eym-zo00v-cc3358f0-4022-436b-af0b-31a6472d2dea.pdf). Acesso em jan. 2021

———. **Planos e programas ecológicos em São paulo / SP**. Out. 2020. Araraquara, São Paulo. Acesso em jan. 2021

———. **Política de segurança alimentar e nutricional de Araraquara-SP**. Out. 2020. Araraquara, São Paulo. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eym-tdr7f-029be4a2-f556-4528-b659-8ef9b72c3995.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eym-tdr7f-029be4a2-f556-4528-b659-8ef9b72c3995.pdf). Acesso em jan. 2021

MOURA, A. **Aquisição e distribuição de sementes crioulas**. Poço Verde, Sergipe. Disponível em: XXXX... Acesso em jan. 2020

FNDE. **Boas práticas de agricultura familiar para a alimentação escolar / Programa Nacional de Alimentação Escolar**. – Brasília : FNDE, 2017. 182 p. : il.

color. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/11122-boas-praticas-de-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar>. Acesso em jan. 2021

MOURA, I. **Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil**. in: Ipea: A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]. – Brasília : Ipea, 2017.

NIEDERLE, P. **Políticas de valor nos mercados alimentares: Movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos**. Revista de Ciências Sociais, v.4, nº1, p.162-189, 2014.

PAULINO, J. S. ; GOMES, R. A. **A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos**. Vol.35 no.1, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922020000100307](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922020000100307). Acesso em: out, 2020.

PETERSEN, P. In: **Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte/ Claudia Job SCHIMITT ... [et al.]**. — 1. ed. — Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia — ANA, 2020

RAJÃO, Raoni; et al . **The rotten apples of Brazil's agribusiness**. In: Science Magazine, 2020: Vol.369, pp.246-248. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/369/6501/246>. Acesso em: fev. 2021

RAMOS, D, A ,L; KRAEMER, C, F, B; VILLELA, L, E. **A confluência perversa e questão agrária brasileira**. XVII Enapur: Sessão temática 2. São Paulo, 2017.

SÁ, E. **Mandato agroecológico inova na Câmara de Vereadores de Florianópolis**. Mídia Ninja. Out. 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/news/mandato-agroecologico-inova-na-camara-de-vereadores-de-florianopolis/>. Acesso em: 10, jan. 2021

SCHMITT, C. J. **A Transformação das 'Ideias Agroecológicas' em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar.** v. 15 DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p16>. Dossiê: Agricultura Familiar no Século XXI. 2016. Acesso em: mar. 2021

SILVA, M. F. **Centro de referência em educação infantil (CREI) Flor de Maracujá, no assentamento Dona Antônia (Município de Conde/PB).** Out. 2020. Conde, Paraíba. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eyr-rp-gpu-a8709bcd-dc6b-467e-9603-ed8bdde0a411.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eyr-rp-gpu-a8709bcd-dc6b-467e-9603-ed8bdde0a411.pdf). Acesso em jan. 2021

SILVA, A. B. **PRONAF Floresta.** Out. 2020. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eyr-79pja-2025679c-5acb-4183-98d6-654ff070f477.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eyr-79pja-2025679c-5acb-4183-98d6-654ff070f477.pdf). Acesso em jan. 2021

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. UNICAMP. Instituto de Economia. 1998

SHAH, S. **Contra a pandemia ecologia.** **Jornal Diplomatique**, Brasil, 28 fev. 2020. Edição 152. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/contra-a-pandemia-ecologia/>. Acesso em: abr. 2021.

SHALDERS, A. **Passando a boiada: 5 momentos nos quais Salles afrouxou às regras ambientais.** BBC News Brasil. Brasília. Out. 2020. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>. Acesso em abr. 2021

SOBRINHO, W, P. **Número de agrotóxicos liberados no Brasil é o maior dos últimos dez anos.** UOL. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/11/28/com-novas-aprovacoes-liberacao-de-agrotoxicos-ja-e-o-maior-da-historia.htm>. Acesso em: dez.2020

SOUTO, R. **Acesso ao programa nacional de alimentação escolar (pnae) no município de Quissamã.** Out. 2020. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eyes-d8my6-a7649a13-bb8f-4a60-bd4f-6e22c8d93fa6.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eyes-d8my6-a7649a13-bb8f-4a60-bd4f-6e22c8d93fa6.pdf). Acesso em jan. 2021

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIANNA, R. **23% do alimentos analisados pela Anvisa têm resíduos de agrotóxicos acima do limite permitido ou proibidos para cultura.** Globo, 2019. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/10/23percent-dos-alimentos-analisados-pela-anvisa-tem-residuos-de-agrotoxicos-acima-do-limite-permitido-ou-proibidos-para-cultura\\_ghhtml](https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/10/23percent-dos-alimentos-analisados-pela-anvisa-tem-residuos-de-agrotoxicos-acima-do-limite-permitido-ou-proibidos-para-cultura_ghhtml). Acesso em: jan. 2021

VIEIRA, J. C. **Alimentação escolar e a produção agrícola familiar em Cariacica.** Out. 2020. Cariacica, Espírito Santo. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eyes-xlr2f-eedc36f6-a8ed-41c3-8deb-aa82bf3b1d7b.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eyes-xlr2f-eedc36f6-a8ed-41c3-8deb-aa82bf3b1d7b.pdf). Acesso em jan. 2021

———. **Desenvolvimento rural sustentável e participativo em Cachoeiro do Itapemerim.** Out. 2020. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eyes-ru5xg-e40f96b5-a68a-436e-ab9d-f495d0332eda.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eyes-ru5xg-e40f96b5-a68a-436e-ab9d-f495d0332eda.pdf). Acesso em jan. 2021

———. **Guardiãs das hortas de plantas medicinais, produção orgânica e conhecimento popular na atenção à saúde preventiva no SUS.** Out. 2020. Vitória, Espírito Santo. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia?id=c9c21c48-eda6-4ab3-8286-ef9921795e69>. Acesso em jan. 2021

VRIESMAN, A. K. **Política Municipal De Agroecologia, Produção Orgânica e alimentação saudável em Francisco Beltrão.** Out. 2020. Francisco Beltrão, Paraná. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-eyes-08uzm-168823e9-90fa-4979-9df4-4880126e8c76.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-eyes-08uzm-168823e9-90fa-4979-9df4-4880126e8c76.pdf). Acesso em jan. 2021

———. **O Programa Ilha Verde em São José dos Pinhais**. Out. 2020. São José dos Pinhais, Paraná. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-ey-6e2pz-ecc93643-5035-4559-9693-6851ef5f43c6.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-ey-6e2pz-ecc93643-5035-4559-9693-6851ef5f43c6.pdf). Acesso em jan. 2021

VRIESMAN, A. K.; BERNARDI, W. K. A. **Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO) e o reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades no município de Rebouças**. Out. 2020. Rebouças, Paraná. Disponível em: [https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_experiencia-m8-ey-ihayw-c4746257-6b8a-410d-8f10-97507fb36ec0.pdf](https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-m8-ey-ihayw-c4746257-6b8a-410d-8f10-97507fb36ec0.pdf). Acesso em jan. 2021